

RONDÔNIA DECIDE

História dos Plebiscitos e a Criação de Municípios

Justiça Eleitoral, emancipações e rearranjos territoriais (1983–2012)



© 2026

TRE-RO Rondônia Decide:
História dos Plebiscitos e a Criação de Municípios

Expediente

COORDENAÇÃO

Cícero João de Freitas

ORGANIZAÇÃO E PESQUISA

Historiador

Joesér Alvares da Silva

COMISSÃO DE MEMÓRIA

Juiz Enio Salvador Vaz

Juíza Cláudia Mara da Silva Faleiros

Everaldo Cardoso Lopes

Marcelo Silva Marinho

Áurea Cristina Saldanha Oliveira Aragão

Cícero João de Freitas

Joeser Alvares da Silva

Elen Quézia Rocha dos Santos Felizardo

Alexandre Tito Hernandez de Figueiredo

Marcos Alves de Souza

Vinícius Brito dos Santos

Rudma Rosa Oliveira Costa

PROJETO GRÁFICO

Felipe Farias Candido Brasil

CAPA

Frank Busatto (montagem fotográfica).

FONTE: Clipping Jornalístico SEI***

CONTRACAPA

Fotografia de Israel Vale Jr em 9 de dezembro de 2021

(sob Licença Creative Commons CC BY-SA 4.0).

Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União

CEP.: 76.805-901 - Porto Velho - RO

Fone: (69) 3211-2000

e-mail: cgm@tre-ro.jus.br

Brasil, Tribunal Regional Eleitoral (RO).

Rondônia Decide: História dos Plebiscitos e a Criação de Municípios. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Revisada e atualizada. Porto Velho - RO. TRE-RO, 2026
000p.

1. Justiça Eleitoral - Rondônia - História I. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
II. Título

CDDir. 341.41941



Rondônia Decide

Textos reelaborados para revista eletrônica
Prefácio, introdução, nota dos editores e síntese das seções

PREFÁCIO

Esta revista eletrônica recompõe, em linguagem histórica, editorial e documental, a trajetória das consultas plebiscitárias relacionadas à criação de municípios, às emancipações distritais e aos rearranjos territoriais realizados em Rondônia entre 1983 e 2012.

Seu eixo factual deriva da documentação reunida no acervo do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia — CEMJE/RO, especialmente atas de apuração, resoluções de homologação, tabelas oficiais, registros institucionais, estudos toponímicos e fichas lexicográfico-toponímicas. A partir desse conjunto documental, a revista busca transformar dados dispersos em narrativa pública, acessível e preservável.

A documentação revela que os plebiscitos em Rondônia foram registrados de formas distintas ao longo do tempo. Em 1983, predominam atas narrativas, nas quais eleitorado, comparecimento e votação aparecem descritos em linguagem corrida. A partir de 1986, algumas homologações passam a surgir de modo mais sintético, concentradas em resoluções. Nos anos posteriores, sobretudo entre 2009 e 2012, os registros tornam-se mais tabulares, padronizados e comparáveis, refletindo mudanças na própria cultura documental da Justiça Eleitoral.

Do ponto de vista histórico, esses plebiscitos não foram meros atos administrativos. Eles expressaram demandas comunitárias, processos de ocupação recente, expansão das frentes agrícolas, redefinição de limites territoriais e consolidação institucional do estado. Cada consulta pode ser lida como um documento político, territorial e memorial: nela, uma população era chamada a dizer se determinada localidade deveria ou não adquirir nova condição no mapa de Rondônia.

Para dialogar com o público geral, cada capítulo articula três dimensões: a apresentação histórica da localidade, a síntese toponímica e os dados plebiscitários disponíveis. A revista valoriza a pesquisa de Gerino Alves da Silva Filho sobre a toponímia de Rondônia e incorpora, de forma inovadora, as fichas lexicográfico-toponímicas organizadas pela Prof^a Dr^a Ariana Boaventura Pereira, ampliando a leitura dos nomes dos municípios também no campo da Libras e da memória linguística da comunidade surda.

Assim, Rondônia Decide propõe uma leitura em que voto, território, nome e memória se entrelaçam. Ao revisitar os plebiscitos, a revista mostra que a história municipal rondoniense foi escrita não apenas por leis e mapas, mas também por atas, urnas, resoluções, nomes de lugares e pela vontade popular registrada em documentos da Justiça Eleitoral.

INTRODUÇÃO

A Toponímia de Rondônia e as Consultas Plebiscitárias

Toponímia é o estudo da origem e do significado dos nomes de lugares. A palavra vem do grego τόπος, que significa “lugar”, e óνομα, que significa “nome”. Em sentido amplo, estudar a toponímia é investigar como uma sociedade nomeia o espaço que ocupa, transforma e reconhece como seu.

Em Rondônia, a toponímia oferece uma chave essencial para compreender a formação histórica do território. Os nomes de vilas, distritos e municípios não são simples marcas cartográficas: eles registram deslocamentos populacionais, referências naturais, homenagens políticas, memórias indígenas, devoções religiosas, ciclos econômicos, experiências migratórias e formas de pertencimento.

Rios, serras, árvores, animais, povos originários, líderes públicos e personagens da ocupação regional aparecem inscritos nos nomes dos lugares. Ao mesmo tempo, muitos povoados receberam denominações trazidas por migrantes que buscavam, na nova terra, preservar lembranças de suas cidades de origem. Nomear era, também, uma forma de criar familiaridade em um território em transformação.

Com o crescimento desses núcleos e sua posterior transformação em distritos ou municípios, a questão do nome passou a dialogar diretamente com a legislação. A criação de novas unidades municipais exigia que não houvesse repetição de nomes já existentes em outros estados. Por isso, em vários casos, o topônimo originalmente usado pela comunidade precisou ser alterado, ajustado ou complementado antes da emancipação político-administrativa.

É nesse ponto que a toponímia se cruza com a consulta plebiscitária. Quando uma localidade buscava emancipação, não se discutia apenas a separação territorial ou a criação de uma nova administração municipal. Também se consolidava o nome oficial pelo qual aquele território passaria a existir perante o Estado, os mapas, os registros eleitorais e a memória coletiva.

Esse processo aparece em diferentes casos rondonienses. Nova Esperança tornou-se Corumbiara porque já havia município homônimo em outro estado. União da Vitória passou a se chamar Castanheiras. Cafelândia, nome inicialmente associado ao futuro município de Rio Crespo, também não pôde ser mantido pela existência de nomes iguais em outras unidades da Federação. Em situações como essas, a emancipação envolveu simultaneamente decisão política, adequação legal e redefinição simbólica.

Por isso, a história dos plebiscitos em Rondônia deve ser lida também como história da oficialização dos nomes dos lugares. O voto popular decidia sobre criação, desmembramento, incorporação ou redefinição territorial; ao mesmo tempo, ajudava a legitimar o topônimo que passaria a identificar o novo ente municipal. A consulta plebiscitária transformava uma localidade em sujeito político-administrativo e fixava seu nome no mapa.

Nessa perspectiva, nomes ligados à própria terra rondoniense ganham especial relevância. Referências a rios, igarapés, serras, povos indígenas, espécies vegetais, animais e personagens históricos locais fortalecem o vínculo entre território e pertencimento. Topônimos como Anari, Candeias, Cabixi, Parecis, Seringueiras, Castanheiras, Pimenteiras e Buritis revelam que a paisagem também fala por meio dos nomes.

O próprio nome Rondônia é exemplo dessa força simbólica. Oficializado em 1956, em substituição a Território Federal do Guaporé, homenageia o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e traduz uma escolha histórica de identidade para toda a unidade territorial. Em escala municipal, cada plebiscito

de emancipação ou rearranjo territorial também envolveu a consagração de um nome, uma memória e uma forma de pertencimento.

Assim, toponímia e consulta plebiscitária se encontram de modo decisivo na história de Rondônia. A primeira oferece a linguagem simbólica do território; a segunda, o mecanismo político de legitimação das novas configurações espaciais. Juntas, mostram que criar município foi também nomear, reconhecer e institucionalizar comunidades em movimento.

Em Rondônia, decidir sobre o território foi também decidir sobre memória. Cada plebiscito, cada ata e cada resolução preservam não apenas números, mas vestígios de comunidades que buscaram transformar povoamento em autonomia, caminho em sede municipal, nome local em identidade pública.

NOTA DOS EDITORES

Esta edição organiza os plebiscitos de emancipação e de rearranjo territorial em Rondônia como um percurso histórico-documental estruturado em ordem cronológica. A proposta editorial é acompanhar, ao longo de quase três décadas, as transformações na forma como a Justiça Eleitoral registrou as consultas populares vinculadas à criação de municípios e à redefinição de limites territoriais.

O material foi reunido em quatro grandes blocos, correspondentes a diferentes momentos da história plebiscitária rondoniense. Essa divisão permite observar tanto os períodos de maior densidade decisória quanto as lacunas arquivísticas encontradas na documentação. O objetivo não é apagar essas ausências, mas torná-las visíveis como parte da própria história do acervo.

A revista trabalha com um princípio editorial rigoroso: toda informação factual — datas, números, resoluções, resultados, homologações e rejeições — deve estar apoiada na documentação consultada. Quando determinado dado não foi localizado, a ausência deve ser indicada de forma expressa, preservando a transparência da pesquisa.

Ao mesmo tempo, esta edição busca apresentar os dados em linguagem acessível ao público geral, sem perder a precisão institucional. A intenção é permitir que pesquisadores, estudantes, servidores da Justiça Eleitoral, professores, gestores culturais e leitores interessados compreendam os plebiscitos não apenas como procedimentos formais, mas como acontecimentos vinculados à formação territorial de Rondônia.

As consultas aqui reunidas mostram que a história municipal do estado não se fez apenas por decretos, leis e mapas. Ela também se formou em assembleias legislativas, zonas eleitorais, juntas apuradoras, urnas, atas, resoluções e comunidades que reivindicavam autonomia. Cada capítulo procura, portanto, articular memória, documentação, toponímia, dados eleitorais e narrativa histórica.

SEÇÃO I — EMANCIPAÇÕES PIONEIRAS 983–1987

O primeiro bloco situa o início do ciclo plebiscitário rondoniense no começo da década de 1980, quando a criação de municípios acompanhava a

consolidação de núcleos urbanos surgidos no contexto da ocupação recente do estado.

Em 1983, os plebiscitos de Cerejeiras e Rolim de Moura já aparecem documentados por atas de apuração e resoluções homologatórias. Em Cerejeiras, a consulta registrou 3.333 eleitores aptos, 2.023 comparecimentos, 1.958 votos favoráveis, 34 contrários, 5 brancos, 26 nulos e 1.310 abstenções. Em Rolim de Moura, foram 7.512 eleitores aptos, 4.954 votantes, 4.839 votos “sim”, 30 votos “não”, 15 brancos, 70 nulos e 2.558 abstenções.

Em 1986, a Resolução TRE-RO nº 563 homologou conjuntamente os plebiscitos de Alta Floresta d’Oeste, Santa Luzia d’Oeste e Alvorada do Oeste. Em 1987, Nova Brasilândia d’Oeste aparece com quadro numérico definido: 4.420 eleitores aptos, 2.734 comparecimentos, 2.679 votos “sim”, 32 “não”, 7 brancos e 16 nulos.

Em conjunto, esse primeiro ciclo revela uma fase em que a emancipação municipal esteve diretamente ligada ao avanço da ocupação territorial, ao crescimento dos povoados e à busca de autonomia administrativa. Eram comunidades recentes, muitas delas formadas em torno de linhas, projetos de colonização, estradas e núcleos rurais, que passavam a reivindicar reconhecimento político.

Nesses primeiros plebiscitos, o voto funcionou como rito de passagem. A consulta popular transformava localidades em municípios e conferia forma jurídica a pertencimentos que já se organizavam no cotidiano: no trabalho agrícola, nas estradas abertas, nos serviços locais, nas redes comunitárias e na expectativa de autogoverno.

SEÇÃO II — O GRANDE CICLO PLEBISCITÁRIO DE 1990

Se a década anterior abriu o caminho, 1990 concentrou o momento de maior intensidade plebiscitária da história municipal de Rondônia. Em um mesmo ciclo, a Justiça Eleitoral apreciou consultas em numerosos distritos, homologando a maior parte delas e rejeitando outras em razão de comparecimento insuficiente, nulidade de urnas ou controvérsias no cômputo final.

Foram aprovadas as propostas relativas a Castanheiras, Seringueiras, Campo Novo, Jamari, Candeias do Jamari, Mirante da Serra, Urupá, Nova União, Teixeiraópolis, Vale do Paraíso, Ministro Andreazza, Governador Jorge Teixeira, Alto Paraíso, Monte Negro, Cacaúlândia e Rio Crespo.

Foram rejeitadas as propostas de Cacaieiros, Apidiá, Extrema de Rondônia e Corumbiara. Essas rejeições demonstram que a maioria de votos favoráveis nem sempre era suficiente para garantir a homologação. A regularidade formal da consulta, o comparecimento do eleitorado e a validade das urnas também integravam o crivo jurídico-eleitoral.

O caso de Cacaieiros é um dos mais expressivos. Na apuração inicial, a junta registrou 5.574 eleitores, 2.860 comparecimentos, 2.274 votos “sim”, 521 “não”, 16 brancos e 49 nulos. Após a exclusão dos votos de urnas anuladas, o comparecimento caiu para 2.044, os votos favoráveis foram reduzidos para 1.569 e as abstenções subiram para 3.530, levando à rejeição da proposta.

O caso de Theobroma também merece atenção. Parte do voto discutiu a relação entre comparecimento e eleitorado inscrito; ainda assim, a decisão final aprovou os demais pleitos, excluindo apenas Cacaieiros, Apidiá, Extrema e Corumbiara.

Esse bloco mostra que 1990 não foi apenas um ano de expansão municipal. Foi também um momento em que a Justiça Eleitoral atuou como

filtro institucional, examinando a validade das consultas, distinguindo vontade majoritária de resultado juridicamente homologável e transformando a disputa territorial em decisão documentada.

SEÇÃO III — HOMOLOGAÇÕES E LACUNAS ARQUIVÍSTICAS 1993–1995

Após a concentração documental de 1990, a pesquisa entra, entre 1993 e 1995, em um terreno mais irregular. Muitos processos completos não foram localizados na base consultada, situação reconhecida no próprio esforço de levantamento promovido pela memória institucional do TRE-RO junto às zonas eleitorais, à Assembleia Legislativa e às prefeituras.

Ainda assim, o panorama pôde ser parcialmente recomposto. Os índices das resoluções de 1993 comprovam a homologação, por unanimidade, dos plebiscitos de Parecis, Primavera de Rondônia, Vale do Anari, Cujubim e Alto Alegre dos Parecis. Em 1994, os índices registram também a homologação do plebiscito de São Felipe d'Oeste.

Nesses casos, embora o quadro numérico integral não tenha sido recuperado, a existência da decisão homologatória permanece documentalmente demonstrada. Por isso, a narrativa editorial adota cautela: registra a homologação quando ela está comprovada, mas não atribui números ausentes à consulta.

Em 1995, o cenário é desigual. Para Novo Riachuelo, a documentação localizada registra 1.562 eleitores e 667 votos apurados, com 895 abstenções. Para Chupinguaia, aparecem 1.956 eleitores, 977 comparecimentos e 979 abstenções. Nos demais casos do período — São Francisco do Guaporé, Rondominas, Nova Estrela, Pimenteiras do Oeste e Buritis — foi possível confirmar a existência do pleito ou localizar ata e resolução correspondente, mas não recuperar integralmente o quadro numérico.

Esta seção exige, portanto, leitura documental cuidadosa. Ela se apoia menos na completude estatística e mais na confirmação da tramitação, da realização do pleito e de sua homologação. As lacunas não enfraquecem a pesquisa; ao contrário, revelam a importância da preservação arquivística para a memória institucional.

SEÇÃO IV — REORDENAMENTOS TERRITORIAIS E CONSULTAS CONTEMPORÂNEAS 2009–2012

Nos anos 2000, os plebiscitos em Rondônia reaparecem sob outra perspectiva. Sai do centro a onda serial de emancipações municipais e ganha destaque a lógica dos rearranjos territoriais. Também muda a forma documental: relatórios oficiais, tabelas consolidadas e resultados por município substituem, em grande medida, as antigas atas narrativas.

Em 2009, a consulta sobre a transferência de área entre São Miguel do Guaporé e Nova Brasilândia do Oeste revelou resultados opostos nos dois municípios diretamente envolvidos. Em Nova Brasilândia do Oeste, com 14.004 eleitores aptos, houve 10.321 comparecimentos, 9.963 votos “sim”, 168 “não”,

61 brancos e 129 nulos. Em São Miguel do Guaporé, com 13.595 eleitores aptos e 8.722 comparecimentos, prevaleceu o “não”, com 7.549 votos, contra 953 favoráveis ao “sim”.

Em 2010, o plebiscito sobre a criação de Extrema de Rondônia assumiu escala muito superior. O resultado geral registrou 257.724 eleitores aptos, 196.103 comparecimentos, 170.004 votos “sim”, 18.853 “não”, 2.598 brancos, 4.648 nulos e 61.621 faltosos.

Em 2012, o plebiscito sobre Tarilândia revelou dissenso territorial entre Jaru e Governador Jorge Teixeira. No mesmo ano, a consulta sobre o desmembramento de área de Nova Brasilândia do Oeste para incorporação a Castanheiras apresentou convergência favorável nos dois lados da consulta.

Esse último conjunto demonstra que, mesmo após o grande ciclo de emancipações, o voto popular continuou sendo mobilizado para redefinir limites, pertencimentos administrativos e arranjos territoriais. A consulta plebiscitária permaneceu, assim, como instrumento de decisão sobre o mapa político de Rondônia, agora em uma fase de maior padronização documental e de reordenamento institucional.

Comissão de Memória da Justiça Eleitoral de Rondônia

Sumário

Seção I — Emancipações pioneiras (1983–1987)

1. Rolim de Moura	13
2. Cerejeiras	15
3. Alvorada do Oeste	17
4. Santa Luzia d'Oeste	19
5. Alta Floresta d'Oeste	21
6. Nova Brasilândia d'Oeste	23
7. Cabixi	25
8. São Miguel do Guaporé	27
9. Machadinho d'Oeste	29
10. Vila Nova do Mamoré	31

Seção II — 1990: o grande ciclo emancipatório

11. Cacaieiros	34
12. Castanheiras	36
13. Bom Princípio / Seringueiras	38
14. Apidiá	40
15. Campo Novo	42
16. Jamari / Itapoã d'Oeste	44
17. Extrema de Rondônia	46
18. Candeias do Jamari	48
19. Mirante da Serra	50
20. Urupá	52
21. Nova União	54
22. Teixeiraópolis	56
23. Vale do Paraíso	58
24. Ministro Andreazza	60
25. Corumbiara	62
26. Theobroma	64
27. Governador Jorge Teixeira	66

28. Alto Paraíso	68
29. Monte Negro	70
30. Cacaulândia	72
31. Rio Crespo	74

Seção III — 1993–1995: Lacunas Arquivísticas

32. Chupinguaia	77
33. Alto Alegre dos Parecis	79
34. Primavera de Rondônia	81
35. Vale do Anari	83
36. Cujubim	85
37. Parecis	87
38. São Felipe d'Oeste	89
39. Tarilândia – Jaru	91
40. São Francisco do Guaporé	93
41. Novo Riachuelo	95
42. Rondominas	97
43. Chupinguaia	99
44. Nova Estrela	101
45. Estrela de Rondônia	103
46. Pimenteiras do Oeste	105
47. Buritis	107
48. Nova Londrina do Oeste	109

Seção IV — 2009–2012: rearranjos territoriais

49. Extrema de Rondônia	112
50. Tarilândia – Jaru /Governador Jorge Teixeira	114
51. Castanheiras	116

Fichas Lexicográfica Toponímica Digital

1. Alto Alegre dos Parecis	118	32. Ouro Preto do Oeste	149
2. Alto Paraíso	119	33. Parecis	150
3. Alvorada D'oeste	120	34. Pimenta Bueno	151
4. Ariquemes	121	35. Pimenteiras do Oeste	152
5. Buritis	122	36. Porto Velho	153
6. Cabixi	123	37. Presidente Médici	154
7. Cacaulândia	124	38. Primavera de Rondônia	155
8. Cacoal	125	39. Rio Crespo	156
9. Campo Novo de Rondônia	126	40. Rolim de Moura	157
10. Candeias do Jamari	127	41. Santa Luzia D'oeste	158
11. Castanheiras	128	42. Felipe D'oeste	159
12. Cerejeiras	129	43. Francisco do Guaporé	160
13. Chupinguaia	130	44. Miguel do Guaporé	161
14. Colorado do Oeste	131	45. Seringueiras	162
15. Corumbiara	132	46. Teixeirópolis	163
16. Costa Marques	133	47. Theobroma	164
17. Cujubim	134	48. Urupá	165
18. Espigão D'oeste	135	49. Vale do Anari	166
19. Governador Jorge Teixeira	136	50. Valedo Paraíso	167
20. Guajará-mirim	137	51. Vilhena	168
21. Itapuã do Oeste	138		
22. Jaru	139		
23. Ji-paraná	140		
24. Machadinho D'oeste	141		
25. Ministro Andreazza	142		
26. Mirante da Serra	143		
27. Monte Negro	144		
28. Nova Brasilândia D'oeste	145		
29. Nova Mamoré	146		
30. Nova União	147		
31. Novo Horizonte	148		



Seção I
Emancipações pioneiras (1983–1987)

1. Rolim de Moura

O município de Rolim de Moura situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°43'47" S e 61°46'47" O, com altitude de 290 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, o município registrou 56.406 habitantes.

Em meados da década de 70 o INCRA/RO implantou mais um projeto integrado de colonização denominado Rolim de Moura, nome escolhido em homenagem a Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso.

O topônimo homenageia Antônio Rolim de Moura Tavares primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, personagem ligado à consolidação da fronteira portuguesa nos rios Guaporé e Madeira, já a emancipação de 1983 transformou essa ocupação dirigida em município, sem etapa distrital, como se o povoado tivesse passado diretamente da poeira das linhas para a escrita oficial do Estado.

O município foi criado através do Decreto Lei Estadual nº 71, de 5 de agosto de 1983, desmembrado da área de Cacoal.

Gentílico: rolimourense.¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 58.

O Processo Plebiscitário

Nesse primeiro ciclo, o plebiscito funcionou como rito de passagem entre a ocupação recente e a forma municipal: o voto deu moldura jurídica a comunidades que já se organizavam como centros de serviços, circulação e pertencimento.

A consulta plebiscitária registra 7.512 eleitores aptos, 4.954 comparecimentos, 2.558 abstenções, 4.839 votos 'sim', 30 votos 'não', 15 votos brancos e 70 votos nulos². Documentalmente, o resultado aparece como homologada pela Resolução TRE-RO nº 273/1983³.

O plebiscito de Rolim de Moura não foi apenas uma consulta eleitoral, mas um gesto fundador: ali, no cruzamento das linhas abertas pelo INCRA, a colonização recente evocar a memória antiga da fronteira encontrou um novo território e a vontade popular converteu o povoado em município. Rolim de Moura nasceu politicamente quando as urnas confirmaram aquilo que a ocupação já desenhava no chão: uma cidade surgindo entre estradas, lotes, trabalho migrante e desejo de pertencimento.

Quadro Comparativo

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	03 de Agosto de 1983
Eleitores aptos	7.512
Comparecimento	4.954
Sim	4.839
Não	30
Branco	15
Nulos	70
Abstenção	2.558
Resultado	Homologado
Resolução TRE-RO.	Nº 273/83

² Proc. Nº 327/83, p.27-a;

³ Proc. Nº 327/83, p.82;



2. Cerejeiras

O município de Cerejeiras situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 13°11'20" S e 60°48'58" O, com altitude de 277 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 15.890 habitantes.

Sua origem se deu a partir do núcleo rural (NUAR) Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, inicialmente chamado de Colorado, surgiu uma povoação no cruzamento da Linha Terceira Eixo com a Linha Três, onde antes existia a Fazenda Escondido.

O núcleo urbano de apoio rural que surgiu naquele lugar recebeu o nome de Cerejeiras, devido à existência em abundância dessa espécie florestal, que é o nome vulgar de vários gêneros de árvores que vicejam nas regiões Norte e Nordeste, cuja madeira é utilizada na construção civil de luxo, carpintaria e construção naval, conhecida também por cumaru, cumaru-de-cheiro, emburana, emburana-de-cheiro, imburana, imburana acreana, umburana, umburana brava, cerejeira (amarela, rajada, esverdeada e rajada e preto).

O município foi criado no dia 5 de agosto de 1983, pelo Decreto-Lei nº 071, assinado pelo governador Jorge Teixeira de Oliveira, com área desmembrada do município de Colorado do Oeste.

Gentílico: cerejeirense.⁴



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁴ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 58.

O Processo Plebiscitário

Cerejeiras integra a frente sul de ocupação rondoniense, associada à formação de núcleos urbanos em áreas de colonização agrícola. O cruzamento das linhas de colonização deixou de ser apenas referência de deslocamento e passou a reunir casas, serviços, expectativas e uma nova centralidade no sul de Rondônia.

A consulta plebiscitária registra 3.333 eleitores aptos, 2.023 comparecimentos, 1.310 abstenções, 1.958 votos 'sim', 34 votos 'não', 5 votos brancos e 26 votos nulos⁵, homologada pela Resolução TRE-RO nº 274/1983⁶.

Dessa forma, Cerejeiras deixou de ser apenas um ponto no mapa rondoniense, posto que, do antigo projeto de colonização e da Fazenda Escondido nasceu um núcleo urbano batizado pela presença das cerejeiras, que o voto popular de 1983 ajudou a converter em identidade municipal.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	03 de agosto de 1983
Eleitores aptos	3.333
Comparecimento	2.023
Sim	1.958
Não	34
Brancos	5
Nulos	26
Abstenção	1.310
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 274/1983

⁵ Proc. Nº 328/83, p.46;

⁶ Proc. Nº 328/83, p.51;



3. Alvorada do Oeste

O município de Alvorada d'Oeste situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°25'39" S e 62°22'10" O, com altitude de 224 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 13.117 habitantes.

Por volta do ano de 1979 um grupo de migrantes se aglomerou no cruzamento da linha 52 com a RO-2 (hoje BR-429) e decidiu fundar uma povoação naquele lugar. O senhor João Távora, proprietário de um dos lotes onde seria criada a povoação, tinha colocado uma placa como nome "Sítio Alvorada", para identificar sua propriedade, em homenagem ao Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República. Os pioneiros fundadores do lugarejo mantiveram o nome de Alvorada para a nova localidade, dando precisão cartográfica ao que a toponímia sugere simbolicamente: uma cidade nomeada como começo, clareza e fundação.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Alvorada d' Oeste, para diferenciar do nome do município de Alvorada, Rio Grande do Sul, pois a lei não permite a criação de um novo município com nome igual a de um outro já existente.

O município foi criado pela Lei nº 103, de 20 de maio de 1986, assinada pelo governador Angelo Angelin, com área desmembrada do município de Presidente Médici.

Gentílico: alvoradense-d'oeste.⁷



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁷ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Alvorada do Oeste se insere no ciclo de emancipações que acompanhou a consolidação da BR-429 como eixo territorial, em uma região onde o mapa ainda era redesenhado pela chegada de famílias vindas de muitas partes do país.

A consulta plebiscitária registra 1.402 eleitores aptos, 790 comparecimentos, 612 abstenções, 766 votos 'sim', 9 votos 'não', 1 voto branco e 14 votos nulos, resultado homologado pela Resolução TRE-RO nº 563/1986.⁸

A passagem de povoado a município pode ser interpretada como alegoria de um amanhecer no mapa rondoniense, posto que, de um ajuntamento de migrantes no cruzamento da linha 52 com a BR-429 nasceu uma povoação que herdou o nome de um sítio, atravessou o processo emancipatório e fixou sobre a terra colonizada, uma identidade feita de estrada, memória e vontade política.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1986
Eleitores aptos	1.402
Comparecimento	790
Sim	766
Não	9
Branco	1
Nulos	14
Abstenção	612
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 563/1986

⁸ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000,p.29;



4. Santa Luzia d'Oeste

O município de Santa Luzia d'Oeste situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°54'34" S e 61°46'43" O, com altitude de 260 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 7.419 habitantes.

Nos idos de 1978, dentre os núcleos urbanos de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura, existia um, no cruzamento da linha 184 com a linha 45, que era conhecido por Vila Bambu, conforme denominação do INCRA/RO. A localidade foi sendo ocupada à medida que se desenvolvia a implantação do PICRolim de Moura. Com a emancipação de Rolim de Moura em 1983, o povoado de "Vila Bambu" foi elevado à categoria de distrito com o nome de Santa Luzia.

A escolha de Santa Luzia seria uma homenagem à santa protetora dos olhos, lembrada pelo governador Jorge Teixeira de Oliveira em razão de sua cura de um problema de visão. O topônimo reúne devoção popular, memória administrativa e a exigência legal de singularizar cada nova unidade municipal.

O distrito foi emancipado com o nome de Santa Luzia d' Oeste em 11 de maio de 1986, através da Lei nº 100. Houve o acréscimo da expressão "d' Oeste" porque já existiam nos Estados da Bahia, Paraíba, Maranhão e Minas Gerais municípios com este nome e a lei proíbe a criação de nova unidade político-administrativa com o mesmo topônimo.

Gentílico: santa-luziense-d'oeste.⁹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 58.

O Processo Plebiscitário

Santa Luzia d'Oeste integrou o movimento de expansão municipal que marcou Rondônia em meados dos anos 1980, quando núcleos rurais em crescimento passaram a reivindicar autonomia político-administrativa.

A consulta plebiscitária registra 1.515 eleitores aptos, 841 comparecimentos, 674 abstenções, 802 votos 'sim', 18 votos 'não', 5 votos brancos e 16 votos nulos, homologada pela Resolução TRE-RO nº 563/1986¹⁰.

O resultado favorável selou a passagem de povoado devocional a unidade política autônoma como comunidade apta a decidir seu próprio destino. Sua narrativa carrega a imagem singular de um município ligado ao sagrado, enquanto sua história fala de enxergar autonomia onde antes havia apenas um núcleo rural.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1986
Eleitores aptos	1.515
Comparecimento	841
Sim	802
Não	18
Brancos	5
Nulos	16
Abstenção	674
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 563/1986

¹⁰ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000,p.29;



5. Alta Floresta d'Oeste

O município de Alvorada d'Oeste situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°25'39" S e 62°22'10" O, com altitude de 224 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 13.117 habitantes.

O nome Alta Floresta é originário da densa floresta que existia no local onde foi fundada a cidade, assim, o topônimo conserva a impressão primeira de uma paisagem alta, verde e cerrada, anterior ao traçado das ruas e à regularização administrativa.

Como já existia município brasileiro com o nome de Alta Floresta no Estado de Mato Grosso e a lei proíbe a criação de novO município com esse nome, para diferenciar, foi acrescentado a expressão d' Oeste, pois Rondônia está localizada no oeste do Brasil.

O município foi criado pela Lei nº 104, de 20 de maio de 1986, assinada pelo governador Angelo Angelin, com área desmembrada dO município de Costa Marques.

Gentílico: alto-florestense-d' oeste ou alto-florestano-d'oeste.¹¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Alta Floresta d'Oeste, localizada no sudoeste rondoniense, representa a consolidação política de áreas abertas pela colonização e pela economia agropecuária nesse primeiro ciclo de expansão territorial.

A consulta plebiscitária registra 1.824 eleitores aptos, 1.352 comparecimentos, 472 abstenções, 1.295 votos 'sim', 28 votos 'não', 3 votos brancos e 26 votos nulos e 472 abstenções, homologada pela Resolução TRE-RO nº 563/1986¹².

A autonomia popular foi mais que um desmembramento administrativo ao transformar a floresta nomeada em território reconhecido. O plebiscito legitimou pertencimentos, fixou nomes e deu forma política à paisagem, e, pela vontade das urnas, a natureza passou a existir também, como identidade municipal e memória histórica.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1986
Eleitores aptos	1.824
Comparecimento	1.352
Sim	1.295
Não	28
Brancos	3
Nulos	26
Abstenção	472
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 563/1986

¹² SEI 0000615-88.2024.6.22.8000,p.29;



6. Nova Brasilândia d'Oeste(1986)

Nova Brasilândia d'Oeste situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°42'59" S e 62°19'52" O, com altitude de 320 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 15.679 habitantes.

A povoação cresceu com o avanço das frentes migratórias pela linha 25 do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura. Seu núcleo urbano foi formado no encontro da linha 25 com a linha 126, onde a interiorização deixou de ser projeto distante e virou chão de moradia.

O nome presta homenagem a Brasília, capital interiorizada do país, como se a nova localidade quisesse repetir em Rondônia o gesto simbólico de fundar cidade no interior. A expressão d'Oeste foi acrescentada para evitar coincidência com município homônimo existente no Mato Grosso.

O município foi criado através da Lei no 157, de 19 de junho de 1987, assinada pelo Governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do município de Presidente Médici.

Gentílico: nova-brasilandiensed' oeste..¹³



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹³ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

No contexto mais amplo das emancipações pioneiras, o plebiscito marcou a passagem dessa povoação em formação para uma existência territorial reconhecida, num período em que a criação de municípios esteve ligada à ocupação recente, à expansão dos núcleos urbanos e à busca de autonomia administrativa.

A consulta plebiscitária registra 4.420 eleitores aptos, 2.734 comparecimentos, 1.686 abstenções, 2.679 votos 'sim', 32 votos 'não', 7 votos brancos e 16 votos nulos¹⁴, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº **xxxx**.

A cidade aparece, assim, como uma síntese entre planejamento agrário, migração e construção de pertencimento em uma Rondônia ainda jovem, carregando em seu nome uma ideia de país refeito em escala local como uma pequena capital de colonos, aberta no interior, com desejo de permanecer.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1987
Eleitores aptos	4.420
Comparecimento	2.734
Sim	2.679
Não	32
Brancos	7
Nulos	16
Abstenção	1.686
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº xxxx

¹⁴ Proc.134/86, p.27;



7. Cabixi(1988)

O município de Cabixi situa-se na porção sul do estado, nas coordenadas 13,494° S de latitude e 60,552° W de longitude, com altitude média de cerca de 220–250 metros. No recorte do Censo Demográfico 2022, o município registrou 6.000 habitantes.

No sul de Rondônia, o nome Cabixi atravessa o tempo como memória de rio e de presença indígena. Desde o século XVII, os bandeirantes paulistas chamaram de Cabixi o curso d'água que nasce na Chapada dos Parecis e corre em direção ao Guaporé, tomando por referência os povos que habitavam aquela paisagem. Entre os grupos da região, Cabixi era a denominação atribuída aos índios Cozarini, da nação Nhambiquara, pelos Uaimaré e Caxiniti, do tronco Parecis, preservando no nome a marca de antigos encontros, distinções e reconhecimentos entre povos da terra.

Muito depois, quando a ocupação colonial e os projetos de assentamento redesenharam o território, a povoação erguida na linha Primeiro Eixo, junto à margem direita do rio Cabixi, herdou esse mesmo nome. Inserida no Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, a localidade fez do topônimo uma forma de continuidade histórica, ligando o núcleo moderno de povoamento à geografia ancestral e à memória dos primeiros habitantes da região.

Cabixi foi elevado à categoria de município pela Lei nº 208, de 6 de julho de 1988, sancionada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com território desmembrado de Colorado do Oeste. Na ocasião, ficou revogada a Lei nº 201, de 7 de junho de 1988.

Gentílico: cabixiense..¹⁵



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹⁵ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Em 1988, Cabixi integrou o conjunto de localidades que buscavam converter seu crescimento populacional em reconhecimento institucional.

A consulta plebiscitária registra 2.878 eleitores inscritos e aptos, dos quais 1.763 compareceram para votar. A maioria foi amplamente favorável à emancipação: 1.689 votos pelo SIM, 51 pelo NÃO, 6 votos em branco e 17 nulos¹⁶, homologada pela da Resolução TRE-RO nº 82/88¹⁷

O nome Cabixi não é apenas uma denominação administrativa: é um nome carregado de paisagem, correnteza e lembrança. Nele sobrevivem o rio, a floresta e a presença indígena que primeiro deu sentido àquele espaço.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	14 de maio de 1988
Eleitores aptos	2.878
Comparecimento	1.763
Sim	1.689
Não	51
Branco	06
Nulos	17
Abstenção	1.115
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 82/88

¹⁶ FONTE: Proc. 153/88, p.172;

¹⁷ FONTE: Proc. 062/88, p.24;



8.São Miguel do Guaporé (1988)

O município de São Miguel do Guaporé situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°41'36" S e 62°41'14" O, com altitude de 205 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, o município registrou 20.746 habitantes.

O povoado situado no entroncamento da Linha 106 com a Linha 25 — atuais rodovias RO-481 e RO-370 — a cerca de 24 quilômetros da sede municipal, surgiu com o nome de Santana do Guaporé. A denominação Santana foi escolhida em homenagem a Santa Ana, mãe de Maria e avó de Jesus Cristo. Já a expressão do Guaporé faz referência a um dos rios mais importantes de Rondônia, além de servir para diferenciar o local de outras localidades brasileiras que possuem o mesmo nome.

O município foi oficialmente criado como São Miguel do Guaporé em 6 de julho de 1988, por meio da Lei nº 206, sancionada pelo então governador Jerônimo Garcia de Santana. Sua área territorial foi desmembrada do município de Costa Marques, revogando a Lei nº 200, de 7 de junho de 1978. O topônimo faz referência ao rio São Miguel, afluente importante do Guaporé, dando ao nome um sentido de pertença regional e de distinção legal.

A criação do município ocorreu em 6 de julho de 1988, por meio da Lei nº 206, revogando a Lei nº 200, de 7 de junho de 1988, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com território desmembrado de Costa Marques

Gentílico: são-miguelense-doguaporé..¹⁸



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹⁸ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

São Miguel do Guaporé

A consulta plebiscitária registra 1.451 eleitores aptos, 863 comparecimentos, 808 votos SIM, 36 votos NÃO, 14 votos em branco, 5 votos nulos e 588 abstenções¹⁹, homologada pela Resolução TRE-RO nº 083/1988²⁰.

No nome São Miguel do Guaporé se encontram devoção religiosa e referência a um dos grandes rios da região.

São Miguel	
Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1988
Eleitores aptos	1.451
Comparecimento	863
Sim	808
Não	36
Branco	14
Nulos	05
Abstenção	588
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	83/88

¹⁹ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 31;

²⁰ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 32;



9. Machadinho D'Oeste(1988)

O município de Machadinho D'Oeste situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 9,443° S e 61,981° W, No recorte do Censo Demográfico de 2022, com altitude média de cerca de 120 metros. o município registrou 30.707 habitantes.

A povoação nasceu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Machadinho, trazendo no próprio nome a marca do rio que atravessa e orienta aquela paisagem, afluente do Machado ou Ji-Paraná. O topônimo brotou, assim, da geografia viva do território, como se a correnteza tivesse deixado também sua assinatura sobre o povoado que ali se formava.

Quando o projeto de emancipação tomou forma, já seguiu para a Assembleia Legislativa sob orientação do IBGE de Rondônia com a denominação de Machadinho d'Oeste. O acréscimo não foi mero detalhe administrativo: distinguiu a nova localidade de outro município homônimo existente no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, fixou sua identidade no oeste amazônico, onde a ocupação da terra convertia caminhos de colonização em novos centros de pertencimento.

A elevação à categoria de município ocorreu em 11 de maio de 1988, por meio da Lei nº 198, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com território desmembrado de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná.

Gentílico : machadinhense-d' oeste.²¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

²¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Em 1988, Machadinho D'Oeste integrou o conjunto de localidades que buscavam converter seu crescimento populacional em reconhecimento institucional, mas a consulta esbarrou em participação insuficiente e não alcançou validação oficial.

A consulta plebiscitária foi homologada pela da Resolução TRE-RO nº Resolução TRE-RO nº 69/88²²

Desse modo, Machadinho d'Oeste consolidou-se como expressão política de um espaço moldado pela colonização recente, pela força de seu rio e pela transformação de um núcleo de apoio em município reconhecido.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1988
Eleitores aptos	2.411 ²³
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 69/88

²² Proc. 048/87, p.33;

²³ Proc. 048/87, p.13;



10. Vila Nova do Mamoré (1988)

Vila Nova do Mamoré surgiu como uma estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e em seu entorno, a povoação se ergueu à margem dos trilhos, mas a desativação da ferrovia em 1966 e a abertura das rodovias BR-29 (hoje BR-364) e BR-425 deslocaram o eixo de vida para a estrada. Nesse movimento, moradores fundaram uma nova povoação — “Vila Nova” — em contraste com a antiga Vila Murtinho, que passou a ser chamada “Vila Velha”.

No processo de emancipação, o nome inicial “Vila Nova” esbarrou na regra: o IBGE devolveu o projeto por existir homônimo em outros estados. O topônimo então foi refeito como marca territorial: Vila Nova do Mamoré, homenagem ao rio Mamoré, cuja memória local aparece também em explicações etimológicas associadas a “mãe dos homens” ou ao termo “mamuri”, nome de peixe comum.

A criação do município se deu em 6 de julho de 1988, por lei estadual, com área desmembrada de Guajará-Mirim, e o percurso posterior do nome: uma tentativa municipal de alteração em 1991 não teve eficácia, e a mudança para Nova Mamoré só se consolidou por lei estadual em 17 de dezembro de 1993.

Gentílico: nova-mamoreense.²⁴



Sob Licença Creative Commons 2.5

²⁴ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Em 1988, Vila Nova do Mamoré foi chamada às urnas numa consulta que buscava converter o distrito em município como um rito de passagem: a comunidade não apenas vota, mas inscreve em ata — com hora marcada e papel timbrado — a tentativa de transformar presença social em forma administrativa. A consulta plebiscitária registra 1986 eleitores aptos, 963 comparecimentos, 917 votos SIM, 35 votos NÃO, 5 votos em branco, 6 votos nulos e 1.023 abstenções²⁵, homologada pela Resolução TRE-RO nº 083/1988.²⁶

Assim, o plebiscito se fecha como ato de legitimação: um distrito que, por um dia, mede sua autonomia no compasso das urnas e, depois, encontra no veredito institucional a confirmação de que podia atravessar a fronteira simbólica entre localidade e município.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	14 de maio de 1988
Eleitores aptos	1.986
Comparecimento	963
Sim	917
Não	35
Branco	5
Nulos	6
Abstenção	1.023
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 092/1988

²⁵ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.41;

²⁶ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p..42;



Seção II

1990: o grande ciclo emancipatório

11. Cacaieiros — (1990)

Surgido como NUAR do Projeto de Colonização Rolim de Moura, o povoado nasceu com o nome de Novo Horizonte. Como esse topônimo já existia em São Paulo, a proposta passou por alternativas como “do Guaporé”, até que prevaleceu Cacaieiros, denominação escolhida por Reditário Cassol em homenagem aos colonizadores que carregavam “cacaiois”, cestos de cipó usados no esforço físico da conquista da terra.

O topônimo Cacaieiros tinha uma força áspera e concreta: não apontava para uma paisagem idealizada, mas para o corpo do trabalhador, para o peso nas costas e para a memória do deslocamento. Sua escolha revelava uma tentativa de nomear a experiência material da colonização.

A localidade, posteriormente em outra consulta plebiscitária recebeu o nome de Novo Horizonte do Oeste, Essa diferença entre nome histórico e nome atual torna o capítulo um registro da instabilidade toponímica que acompanhou as emancipações.

Gentílico: novo-horizontino-dooeste..²⁷



Sob Licença Creative Commons 2.5

²⁷ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito ocorreu num período marcado por diversas consultas de emancipação distrital em Rondônia. Embora várias propostas tenham sido aprovadas naquele ano, Cacaieiros foi rejeitado, ao lado de Apidiá, Extrema de Rondônia e Corumbiara.

No resultado bruto inicialmente proclamado, havia 5.574 eleitores inscritos, 2.860 comparecimentos, **2.274** votos “SIM”, **521** votos “NÃO”, 16 brancos e 49 nulos e abstenção de 2.174 eleitores.²⁸ À primeira vista, a emancipação parecia aprovada, pois o “SIM” obteve ampla maioria entre os votantes. Contudo, a anulação de urnas alterou o resultado. Com a exclusão desses votos, o comparecimento caiu para 2.044 eleitores²⁹, abaixo da metade do eleitorado inscrito, embora o “SIM” ainda somasse 1.569 votos contra 439 “NÃO”. Assim, por não atingir o comparecimento mínimo exigido e em razão das irregularidades na apuração, a proposta de criação do município de Cacaieiros foi rejeitada conforme a Resolução TRE-RO nº 13/1990.³⁰

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	5.574
Comparecimento	2.860
Sim	2.274
Não	521
Branco	16
Nulos	49
Abstenção	2.174
Resultado	Rejeitado após revisão com urnas anuladas
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

²⁸ Proc. 021/90, p.14;

²⁹ Proc. 021/90, p. 11;

³⁰ Proc. 021/90, p.09;

12. Castanheiras (1990)

O município de Castanheiras situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°25'40" S e 61°57'18" O, com altitude de 190 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 3.233 habitantes.

Originalmente era um núcleo urbano conhecido como União da Vitória, nome provavelmente trazido por migrantes paranaenses. Como já havia município homônimo no Paraná, a emancipação exigiu outra denominação, capaz de representar a localidade sem ferir a regra contra duplicidade toponímica.

O nome escolhido remete à castanheira, árvore abundante na região, depois de descartada a forma Castanhhal por já existir município com esse nome no Pará. Assim, O município passou a se identificar com uma imagem botânica forte, amazônica, que evoca uma árvore de grande porte e longa permanência.

O município foi criado pela Lei no 366, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Rolim de Moura.

Gentílico: castanheirense.³¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

³¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Castanheiras integrou o grande ciclo plebiscitário de 1990, quando a Justiça Eleitoral de Rondônia consultou diversos distritos sobre sua emancipação político-administrativa. A votação foi realizada em 11 de março de 1990, conforme a Resolução TRE-RO nº 13/1990, com o objetivo de verificar a vontade popular quanto à criação do município.

A consulta plebiscitária registrou 1.342 eleitores aptos, dos quais 857 compareceram às urnas, resultando em 485 abstenções. O “SIM” obteve 778 votos, contra 70 votos “NÃO”, além de 1 voto em branco e 8 nulos³². Como o comparecimento superou metade do eleitorado inscrito e houve ampla maioria favorável, o resultado foi considerado válido e homologado pela Resolução TRE-RO nº 27/1990.³³

O plebiscito confirmou assim, a força das demandas locais por autonomia municipal. Diferentemente de casos rejeitados no mesmo ciclo, como Cacaieiros, Castanheiras cumpriu os requisitos legais de participação e maioria, transformando a vontade popular em fundamento institucional para a criação do novo município, e, onde antes havia a saudade de União da Vitória, firmou-se uma designação própria da terra rondoniense, mais próxima da paisagem e da identidade regional.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	1.342
Comparecimento	857
Sim	778
Não	70
Branco	1
Nulos	8
Abstenção	485
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

³² Proc. 021/90, p.14;

³³ Proc. 021/90, p.09;

13. Bom Princípio / Seringueiras (1990)

Bom Princípio (Seringueiras) situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°44'54" S e 63°01'50" O, com altitude de 187 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 12.060 habitantes.

O povoado surgiu a partir do Projeto de Colonização Bom Princípio. A mudança posterior não apagou essa origem: apenas substituiu a referência inicial por outra mais vinculada à história econômica e vegetal da região.

A escolha de Seringueiras foi sugerida em razão da presença da seringueira e da produção de borracha na bacia do rio São Miguel. O nome deslocou o futuro município de uma designação genérica para um topônimo marcado pela memória do extrativismo amazônico.

O município foi criado pela Lei no 370, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de São Miguel do Guaporé e Costa Marques.

Gentílico: seringueirense.³⁴



Sob Licença Creative Commons 2.5

³⁴ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Bom Princípio, mais tarde vinculado à formação de Seringueiras, insere-se no processo de organização do Vale do Guaporé, onde a criação de municípios acompanhou o avanço do povoamento e da administração local.

A consulta plebiscitária registra 2.827 eleitores aptos, 2.084 comparecimentos, 743 abstenções, 1.965 votos 'sim', 52 votos 'não', 23 votos brancos e 44 votos nulos³⁵, homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990³⁶.

Ao se tornar município, a localidade trocou a promessa abstrata de um “bom princípio” pela identificação com uma árvore concreta e soberana que se destaca por sua produtividade no ciclo madeireiro da história amazônica.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.827
Comparecimento	2.084
Sim	1.965
Não	52
Brancos	23
Nulos	44
Abstenção	743
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

³⁵ Proc. 021/90, p.14 e 15;

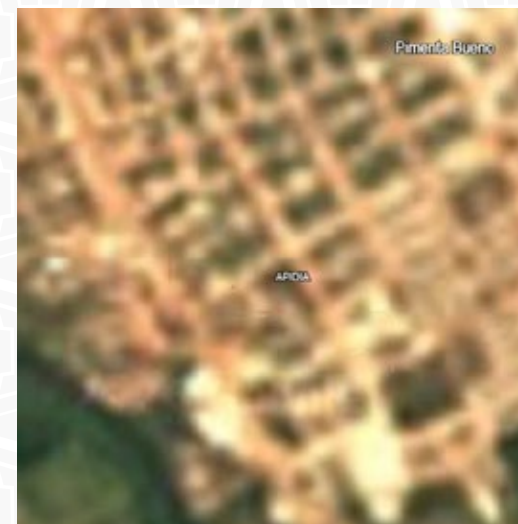
³⁶ Proc. 021/90, p.09;

14. Apidiá (1990)

Apidiá aparece na história como nome indígena do rio Pimenta Bueno. A proposta surgiu quando se percebeu que o simples nome Primavera já encontrava obstáculos por existir em outros estados brasileiros.

A palavra Apidiá carregava uma possibilidade de enraizamento mais antigo, ligada à hidrografia e à memória indígena do território. Posteriormente, as lideranças locais retomaram a denominação Primavera, acrescentando “de Rondônia” para diferenciar o município e preservar a preferência comunitária.

O contraste entre Apidiá e, posteriormente Primavera mostra duas formas de nomear: uma voltada ao rio e à ancestralidade; outra voltada à ideia de renovação.



Sob Licença Creative Commons 2.5



O Processo Plebiscitário

Apidiá figura entre as localidades submetidas à consulta popular em 1990, ano em que Rondônia concentrou o mais intenso conjunto de plebiscitos de sua história recente. Naquele contexto, a ida às urnas representava mais que um procedimento formal: expressava a tentativa de converter núcleos locais em unidades dotadas de representação, estrutura administrativa e reconhecimento no ordenamento territorial do estado.

A consulta plebiscitária registra 5.846 eleitores aptos, 1.957 comparecimentos, 3.889 abstenções, 1.716 votos 'sim', 210 votos 'não', 14 votos brancos e 17 votos nulos³⁷, sendo rejeitada através da Resolução TRE-RO nº 13/1990³⁸.

Embora proposta que não tenha se consolidado naquele momento, permanece na memória emancipatória. Apidiá no entanto, é o nome que ficou, como sombra histórica breve, indígena, fluvial, quase município, antes de ceder lugar à estação simbólica da Primavera.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	5.846
Comparecimento	1.957
Sim	1.716
Não	210
Brancos	14
Nulos	17
Abstenção	3.889
Resultado	Rejeitado / comparecimento insuficiente
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

³⁷ Proc. 021/90, p. 12 e 13,;

³⁸ Proc. 021/90, p.9;

15. Campo Novo (1990)

O município de Campo Novo de Rondônia situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°32'58" S e 63°37'02" O, com altitude de 213 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 8.844 habitantes.

A povoação recebeu seu nome de uma nova pista de pouso existente em área de garimpo. Assim, expressão “campo novo” nasceu da fala cotidiana: era o novo campo, a nova referência, o ponto onde aviões, garimpeiros e caminhos se encontravam e relacionada ao Território da Cidadania do Vale do Jamari, situando-se no conjunto territorial do norte e centro-norte rondoniense.

O projeto tramitou com a expressão “de Rondônia” para evitar duplicidade com município do Rio Grande do Sul. Houve tentativa de substituir o nome por Garimpeiros, em homenagem aos trabalhadores da região, mas a população não aceitou a mudança, preservando a denominação original.

O município foi criado pela Lei no 379, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Porto Velho.

Gentílico: campo-novense-derondônia.³⁹



Sob Licença Creative Commons 2.5

³⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Em 1990, quando Rondônia levou às urnas um amplo conjunto de projetos emancipatórios, Campo Novo apareceu como parte de um movimento maior de transformação do território em representação política.

O resultado registrou 2.092 eleitores aptos, 1.212 comparecimentos e 880 abstenções. Entre os votos apurados, houve 1.164 votos “SIM”, 29 votos “NÃO”, 13 brancos e 6 nulos⁴⁰. A consulta foi considerada válida, sem recursos, e favorável à criação do município de Campo Novo de Rondônia, sendo homologada através da Resolução TRE-RO nº 27/1990⁴¹.

Do ponto de vista político, o resultado demonstrou forte adesão local ao projeto emancipatório. A expressiva maioria favorável ao “SIM” indicou que a população via na autonomia municipal uma possibilidade de reorganização administrativa, fortalecimento da representação local e maior capacidade de reivindicação institucional perante o Estado.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.092
Comparecimento	1.212
Sim	1.164
Não	29
Branco	13
Nulos	6
Abstenção	880
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁴⁰ Proc. 021/90, p.15;

⁴¹ Proc. 021/90, p.09;

16. Jamari / Itapuã d'Oeste (1990)

Itapuã do Oeste situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 09°11'50" S e 63°09'55" O, com altitude de 117 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 8.548 habitantes.

O nome Jamari homenageia o importante rio afluente do Madeira, conhecido nos primeiros registros como lamari. A toponímia se apoia no rio como eixo simbólico: uma cidade projetada a partir de uma água que já orientava deslocamentos, fronteiras e pertencimentos.

A história do município está ligada à expansão econômica do interior de Rondônia, primeiro com a extração de cassiterita, iniciada na década de 1970, e depois com a exploração madeireira, intensificada nos anos 1980 e 1990. Esse processo de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais contribuiu para consolidar o núcleo urbano e sua importância regional.

Criado em 13 de fevereiro de 1992 pela Lei nº 364, com território desmembrado de Ariquemes e Porto Velho, o município de Jamari teve posteriormente sua denominação alterada. Após plebiscito motivado pela insatisfação dos moradores, voltou a chamar-se Itapuã do Oeste, nome oficializado pela Lei nº 747, de 24 de outubro de 1997.

Gentílico: jamariense..⁴²



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁴² SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Jamari integrou o grande ciclo plebiscitário de 1990, período em que Rondônia concentrou diversas consultas voltadas à emancipação distrital. Diferentemente de casos rejeitados por baixa participação ou problemas de apuração, Jamari aparece na base como uma proposta aprovada, com resultado favorável à criação municipal.

A consulta registrou 2.937 eleitores aptos, dos quais 1.632 compareceram às urnas, com 1.305 abstenções. O resultado foi amplamente favorável: 1.567 votos “SIM”, 40 votos “NÃO”, 16 votos em branco e 9 nulos⁴³, demonstrando clara predominância da vontade emancipacionista entre os votantes, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 13/90

Jamari representou a tentativa de inscrever, no mapa político, a força simbólica de um nome ligado ao rio e à paisagem regional. Mais tarde, porém, a insatisfação dos moradores com essa denominação levou à realização de um plebiscito que restabeleceu o nome Itapuã do Oeste, reafirmando a escolha da própria comunidade sobre sua identidade municipal.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.937
Comparecimento	1.632
Sim	1.567
Não	40
Branco	16
Nulos	9
Abstenção	1.305
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 13/1990

⁴³ Proc. 021/90, p.15 e 16;

17. Extrema de Rondônia (1990) – 1º Plebiscito

Extrema é um distrito do município de Porto Velho e situa-se na porção oeste do estado, na faixa de contato territorial com Acre e Amazonas, nas coordenadas 9°46'18,1"S e 66°21'37,8 O, com altitude de 143 metros. No recorte do Censo Demográfico 2022, o distrito registrou 7.171 habitantes.

A toponímia de Extrema está ligada à sua posição geográfica na faixa sudoeste de Rondônia, em área de divisa com o Acre. O nome indica justamente essa condição de limite ou ponto extremo do território, enquanto a forma “Extrema de Rondônia” reforça sua identificação estadual em registros administrativos e propostas de emancipação.

Formado a partir de antigos seringais conhecidos como Nova Califórnia, ganhou identidade própria após a abertura da BR-364, quando a localidade passou a ser associada à divisa entre Acre e Rondônia; sua ocupação foi marcada pela colonização do INCRA, por conflitos fundiários violentos entre posseiros e jagunços na década de 1970.



Sob Licença Creative Commons 2.5



O Processo Plebiscitário

Extrema de Rondônia, no plebiscito de 1990, aparece num projeto territorial ainda sem sustentação documental suficiente para a aprovação final.

A consulta plebiscitária registra 1.086 eleitores aptos, 504 comparecimentos, 582 abstenções, 444 votos 'sim', 37 votos 'não', 8 votos brancos e 15 votos nulos⁴⁴, o resultado foi rejeitado pela Resolução TRE-RO nº 13/1990.⁴⁵

A tentativa de emancipação de Extrema de Rondônia representa um anseio político que não se completou como o desejado naquele momento. Sua presença neste capítulo é valiosa justamente por revelar que a história municipal também é feita de projetos rejeitados, nomes suspensos e territórios que permaneceram em disputa.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	1.086
Comparecimento	504
Sim	444
Não	37
Brancos	8
Nulos	15
Abstenção	582
Resultado	Rejeitado / comparecimento inferior à abstenção
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 13/1990

⁴⁴ Proc. 021/90, p.16;

⁴⁵ Proc. 021/90, p.09;

18. Candeias do Jamari (1990)

O município de Candeias do Jamari situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 08°46'54" S e 63°42'08" O, com altitude de 22 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 22.310 habitantes.

Candeias do Jamari surgiu como povoação no encontro da atual BR-364 com o rio Candeias, afluente do rio Jamari. A antiga Vila Candeias guarda em seu nome a referência direta ao rio que banha a cidade e estrutura sua paisagem, e que, por sua vez, parece ter sido nomeado em alusão à candeia, muitas vezes referida no contexto amazônico como *poronga*, uma lamparina artesanal utilizada pelos seringueiros para iluminar o caminho e as árvores de seringueira durante a madrugada, momento em que a coleta do látex era realizada.

O complemento “do Jamari” foi adotado por orientação do IBGE de Rondônia, porque já existiam municípios chamados Candeias na Bahia e em Minas Gerais. O acréscimo ligou a localidade a uma bacia hidrográfica importante e resolveu a exigência de diferenciação legal.

O município foi criado com o nome de Candeias do Jamari pela Lei no 363, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Porto Velho.

Gentílico: candeense-do-jamari.⁴⁶



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁴⁶ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Candeias do Jamari integrou o ciclo plebiscitário de 1990, quando Rondônia ampliou sua reorganização territorial. A consulta ocorreu no contexto da expansão dos núcleos urbanos formados pela colonização recente do estado.

A consulta plebiscitária registrou 2.790 eleitores, 1.472 comparecimentos, 1.256 votos “SIM”, 185 votos “NÃO”, 14 brancos, 17 nulos e 1.318 abstenções⁴⁷, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990⁴⁸.

A conquista emancipatória consolidou uma comunidade marcada pela passagem rodoviária, passagem fluvial, passagem de vila a município. Candeias do Jamari é um nome que lança uma luz no imaginário do território pela água e pela chama, pois o rio incorpora a chama tradicional que orientou a ocupação dos trabalhadores durante o 2º Ciclo da Borracha.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.790
Comparecimento	1.472
Sim	1.256
Não	185
Brancos	14
Nulos	17
Abstenção	1.318
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁴⁷ Proc. 021/90, p.16;

⁴⁸ Proc. 021/90, p.09;

19. Mirante da Serra (1990)

O município de Mirante da Serra situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°01'38" S e 62°40'43" O, com altitude de 230 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 9.235 habitantes.

Originalmente surgiu como núcleo urbano de apoio rural (NUAR) do Projeto de Colonização Ouro Preto. Seu nome deriva da serra do Mirante, divisor de águas dos rios Jaru e Urupá, com uma inversão na ordem da expressão original.

A toponímia do município é visual por natureza: mirante é lugar de observar, medir distância e reconhecer a paisagem. O nome transforma um acidente geográfico em ponto de vista histórico, como se a cidade tivesse nascido para olhar o território ao redor, mostrando também que a localidade pertence ao conjunto de emancipações derivadas dos projetos de colonização

O município foi criado pela Lei no 369, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: mirantense-da- serra ou mirante-serrense..⁴⁹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁴⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Mirante da Serra representa uma centralidade interiorana surgida no curso da colonização e da consolidação de comunidades agrícolas em Rondônia.

A consulta plebiscitária registra 5.333 eleitores, 2.818 comparecimentos, 2.731 votos “sim”, 61 votos “não”, 12 votos em branco, 14 votos nulos e 2.515 abstenções⁵⁰, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990⁵¹.

Dessa forma, a vontade popular projetou sua autonomia a partir de uma imagem elevada, e, ao se tornar município, a cidade se inscreve na história rondoniense como lugar que olha para dois rios e para o próprio processo de formação municipal.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.004
Comparecimento	1.673
Sim	1.552
Não	97
Branco	8
Nulos	16
Abstenção	1.331
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁵⁰ Proc. 021/90, p.16 e 17;

⁵¹ Proc. 021/90, p.09;

20. Urupá (1990)

O município de Urupá situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11°06'56" S e 62°22'04" O, com altitude de 200 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 10.725 habitantes.

Urupá nasceu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, no Setor Urupá. O nome homenageia o rio Urupá, importante afluente do Machado ou Ji-Paraná, e remete a ao povo indígena que habitava e, ainda habita sua bacia, posto que, a miscigenação com os colonizadores mantenha viva a continuidade desta descendência entre seus habitantes, inclusive na manutenção de d a cultura tradicional em seu cotidiano.

O topônimo Urupá parece relacionado à palavra Uru-Upaba, com sentido de lagoa do uru, uma espécie de caramujo amazônico ligado ao mito da origem indígena daquele povo. A palavra reúne água, molusco e memória indígena, oferecendo aO município uma identidade menos transplantada e mais ligada ao mundo natural rondoniense. Assim, a simplicidade da informação administrativa contrasta com a profundidade cultural do topônimo.

O município foi criado pela Lei no 368, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Ouro Preto do Oeste e Alvorada d'Oeste.

Gentílico: urupaense..⁵²



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁵² SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito integrou o grande ciclo plebiscitário de 1990, quando a Justiça Eleitoral apreciou diversas propostas de emancipação distrital em Rondônia no contexto de expansão da malha municipal e de busca por autonomia administrativa no interior do estado.

A consulta plebiscitária registra 5.333 eleitores, 2.818 votantes, 2.731 votos “sim”, 61 votos “não”, 12 votos em branco, 14 nulos e 2.515 abstenções⁵³, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990.⁵⁴

Em sua narrativa emancipatória, O município não se define apenas pelo ato legal, mas pelo rio e que lhe emprestou nome e pela ancestralidade do povo originário que mantém viva a memória ancestral desta palavra.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	5.333
Comparecimento	2.818
Sim	2.731
Não	61
Branços	12
Nulos	14
Abstenção	2.515
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁵³ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.50;

⁵⁴ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 85;

21. Nova União (1990)

O município de Nova União situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°54'28" S e 62°33'28" O, com altitude de 250 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 6.200 habitantes.

Nova União surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto. O nome foi sugerido para representar o momento em que os moradores se uniram para criar mais um povoado no estado de Rondônia.

Diferentemente de topônimos marcados por rios, árvores ou autoridades, Nova União nasce de um gesto social. O nome celebra a convergência de pessoas, esforços e expectativas, convertendo o acordo comunitário em identidade municipal. A localização central reforça a ideia de ponto de encontro entre linhas de colonização e demandas de autonomia.

O município foi criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei no 566, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: nova-uniense.⁵⁵



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁵⁵ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito ocorrido em 1990, se deu no contexto de consultas destinadas a redefinir a organização municipal de Rondônia. A localidade aparece entre os distritos cuja proposta de emancipação recebeu decisão favorável no julgamento consolidado daquele ano.

A consulta plebiscitária registra 3.222 eleitores, 1.828 votantes, 1.635 votos “sim”, 170 votos “não”, 3 votos em branco, 20 nulos e 1.394 abstenções⁵⁶, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990.⁵⁷

Assim, entre linhas abertas na mata, fluxos migratórios e novos núcleos de povoamento, Nova União passou a ocupar lugar estável no mapa do estado, como expressão de uma vontade coletiva transformada em forma institucional..

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.222
Comparecimento	1.828
Sim	1.635
Não	170
Branco	3
Nulos	20
Abstenção	1.394
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁵⁶ Proc. 021/90, p.17;

⁵⁷ Proc. 021/90, p.09;

22. Teixeiraópolis (1990)

O município de Teixeiraópolis situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°55'06" S e 62°14'58" O, com altitude de 260 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 4.256 habitantes.

Teixeiraópolis surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto. Seu nome homenageia o coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o “Teixeirão”, escolhido para preparar o antigo Território Federal de Rondônia para a condição de estado.

A cidade inscreve no próprio topônimo uma homenagem política. Ao contrário de nomes que derivam de rios ou plantas, Teixeiraópolis nasce da memória administrativa da estadualização, vinculando o lugar a uma figura decisiva da história institucional rondoniense.

O município de Teixeiraópolis foi criado pela Lei no 571, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: teixeirópolisense ou teixeirópolisino.⁵⁸



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁵⁸ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito foi realizado no ciclo decisivo de 1990, que conjuntamente reuniu Urupá, Nova União, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, todos inseridos no rearranjo territorial daquele período.

A consulta plebiscitária registra **3.004** eleitores, **1.673** comparecimentos, **1.552** votos “sim”, 97 votos “não”, 8 votos em branco, 16 nulos e 1.331 abstenções⁵⁹, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990⁶⁰.

A diferença ampla entre os votos favoráveis e contrários, somada ao comparecimento suficiente para atender às exigências do processo, colocou Teixeiraópolis entre as localidades que consolidaram sua passagem de distrito a município no redesenho administrativo de Rondônia no início da década de 90.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.004
Comparecimento	1.673
Sim	1.552
Não	97
Branco	8
Nulos	16
Abstenção	1.331
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 13/1990

⁵⁹ Proc. 021/90, p.17;

⁶⁰ Proc. 021/90, p.09;

23. Vale do Paraíso (1990)

O município de Vale do Paraíso situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°26'57" S e 62°08'04" O, com altitude de 204 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 6.479 habitantes.

A povoação nasceu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto. O nome veio da localização no vale do igarapé do Paraíso, afluente do rio Jaru, transformando uma referência hidrográfica em imagem de promessa.

O topônimo combina relevo e encantamento: vale indica forma geográfica; paraíso sugere fertilidade, abrigo e esperança. Nessa união, O município expressa uma das marcas da colonização rondoniense, na qual, a paisagem era frequentemente narrada como possibilidade de recomeço.

O município foi criado pela Lei nº 367, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Ouro Preto do Oeste.

Gentílico: vale-paraisense.⁶¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁶¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

No curso das consultas plebiscitárias de 1990, a localidade foi chamada a decidir seu desligamento da antiga condição distrital e seu ingresso na autonomia municipal, num percurso que se inscrevia naquele momento numa fase recente de consolidação territorial com a fixação de comunidades no interior do estado.

A consulta plebiscitária registra 3.546 eleitores, 2.054 votantes, 1.995 votos “sim”, 51 votos “não”, 3 votos em branco, 5 nulos e 1.492 abstenções⁶², sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 27/1990⁶³

A aprovação da consulta deu forma jurídica a uma aspiração coletiva já amadurecida no cotidiano local. Entre lavouras, travessias e povoados erguidos no coração da floresta convertida em fronteira agrícola, Vale do Paraíso deixou de ser apenas referência geográfica e passou a ocupar, com nome e governo próprios, um lugar definitivo na história política rondoniense.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.546
Comparecimento	2.054
Sim	1.995
Não	51
Branco	3
Nulos	5
Abstenção	1.492
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁶² Proc. 021/90, p.18;

⁶³ Proc. 021/90, p.09;

24. Ministro Andreazza (1990)

O município de Ministro Andreazza situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°11'54" S e 61°30'43" O, com altitude de 400 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 6.466 habitantes.

A povoação surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto Integrado de Colonização Gy-Paraná, inicialmente chamado Nova Brasília. O nome original encontrou impedimento por já existir unidade político-administrativa com denominação semelhante.

A escolha de Ministro Andreazza homenageou Mário David Andreazza, ex-ministro do Interior, lembrado no documento por sua contribuição à criação do Estado de Rondônia. O topônimo deslocou a localidade de uma referência à capital federal para uma homenagem ligada à política territorial amazônica, revelando um percurso de ajuste legal, negociação política e afirmação institucional.

O município foi criado pela Lei no 372, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Cacoal.

Gentílico: andreazzense..⁶⁴



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁶⁴ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Inserido no ciclo de consultas de 1990, o plebiscito de Ministro Andreazza ocorreu quando Rondônia acelerava a conversão de antigos distritos em sedes municipais. A expectativa local reunia moradores já identificados com um núcleo em crescimento e desejosos de transferir para o próprio território decisões antes concentradas no município de origem.

A consulta plebiscitária registra 2.598 eleitores aptos, 1.358 comparecimentos, 1.152 votos SIM, 191 votos NÃO, 8 votos em branco, 7 votos nulos e 1.240 abstenções⁶⁵; homologada pela Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁶⁶

Na história do nome, a localidade saiu de Nova Brasília para Ministro Andreazza, mudança que revela como a emancipação municipal em Rondônia também foi disputa de linguagem e de representação. Ao deixar para trás um topônimo inviável e assumir uma homenagem política, o lugar fixou no mapa uma identidade nova, feita ao mesmo tempo de colonização recente e de institucionalização duradoura.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.598
Comparecimento	1.358
Sim	1.152
Não	191
Branços	8
Nulos	7
Abstenção	1.240
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁶⁵ Proc. 021/90, p.18;

⁶⁶ Proc. 021/90, p.09;

25. Corumbiara (1990)

O município de Corumbiara situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 12°57'52" S e 60°48'59" O, com altitude de 340 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 7.519 habitantes.

A povoação surgiu a partir do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, com o nome de Nova Esperança. Como já havia município homônimo no Paraná, o projeto precisou abandonar a denominação original para viabilizar sua emancipação.

O nome Corumbiara homenageia um dos rios importantes de Rondônia, afluente do Guaporé, cujo topônimo se vincula também ao nome indígena dado pelos povos originários que habitam sua bacia.

O município foi criado pela Lei nº 377, de 13 de fevereiro de 1992, desmembrado da área territorial dos municípios de Colorado do Oeste e Vilhena. A sede foi estabelecida na então Vila Nova Esperança do Corumbiara, elevada à categoria de cidade.

Gentílico: corumbiarenses.⁶⁷



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁶⁷ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Corumbiara pertence ao mesmo conjunto de consultas de 1990, mas seu percurso foi mais tenso que o de outras localidades do período. A comunidade chegou à votação com expectativa de autonomia, embora sob um quadro jurídico delicado, marcado por controle rigoroso do comparecimento e por questionamentos na apuração.

A consulta plebiscitária registra 4.260 eleitores aptos, 2.051 comparecimentos, 1.928 votos SIM, 84 votos NÃO, 21 votos em branco, 18 votos nulos e 2.209 abstenções⁶⁸; como a abstenção superou o comparecimento e houve anulação da urna nº 81, a proposta foi rejeitada no julgamento do ciclo de 1990, sob a Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁶⁹

O nome Corumbiara nasceu da substituição de Nova Esperança e se ligou ao rio Corumbiara, cuja memória remete a uma antiga presença indígena na região. Assim, mesmo sem alcançar naquele momento a aprovação plebiscitária, o território já carregava no próprio topônimo uma inscrição histórica forte, na qual a emancipação buscada se associava à paisagem fluvial e à longa duração do espaço regional.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	4.260
Comparecimento	2.051
Sim	1.928
Não	84
Branco	21
Nulos	18
Abstenção	2.209
Resultado	Rejeitado no julgamento final
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁶⁸ Proc. 021/90, p.18;

⁶⁹ Proc. 021/90, p.09;

26. Theobroma (1990)

O município de Theobroma situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10° 14' 25" S e 62° 21' 33" O, com altitude de 205 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 8.113 habitantes.

A povoação surgiu como núcleo urbano de apoio rural (NUAR) do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl. Seu nome homenageia o nome científico do cacauieiro, *Theobroma cacao*, árvore produtora do cacau e matéria-prima do chocolate.

A denominação é rara na toponímia rondoniense porque se aproxima da linguagem científica. Em vez de adotar apenas o nome popular da planta, O município incorporou uma palavra de ressonância botânica, associando produção agrícola e saber técnico. *Theobroma* é um gênero botânico da família *Malvaceae*, nativo das florestas tropicais das Américas, que inclui o cacauieiro (*Theobroma cacao* L.) e o cupuaçu. O termo deriva do grego *theos* (deus) e *broma* (alimento), significando "alimento dos deuses". É uma referência histórica à valorização do cacau como bebida sagrada pelos povos originários.

O município foi criado pela Lei no 371 , de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada dO município de Jarau.

Gentílico: theobromense.⁷⁰



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁷⁰ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Theobroma entrou no ciclo de 1990 como parte da leva de distritos que procuravam converter crescimento populacional e organização local em autonomia política. A consulta surgiu num ambiente de expectativa favorável, mas o caso exigiu interpretação adicional do quadro eleitoral, o que o tornou um dos episódios mais singulares daquele conjunto.

A consulta plebiscitária registra 3.198 eleitores aptos, 1.567 comparecimentos, 1.398 votos SIM, 120 votos NÃO, 27 votos em branco, 22 votos nulos e 1.631 abstenções⁷¹; embora a abstenção inicial superasse o comparecimento, o relator considerou o ajuste do colégio eleitoral em razão do Seringal Setenta e validou o resultado no ciclo de 1990, sob a Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁷²

No nome Theobroma ressoa a linguagem da floresta cultivada, pois a palavra aproxima a localidade do universo botânico e do léxico da terra. A emancipação, nesse caso, não foi apenas passagem administrativa: foi também a fixação de um nome que parece nascer da mata e que transformou um distrito incerto em presença reconhecida na cartografia política de Rondônia.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.198
Comparecimento	1.567
Sim	1.398
Não	120
Branços	27
Nulos	22
Abstenção	1.631
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 13/1990

⁷¹ Proc. 021/90, p.19;

⁷² Proc. 021/90, p.09;

27. Governador Jorge Teixeira (1990)

O município de Governador Jorge Teixeira situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°36'46" S e 62°44'05" O, com altitude de 190 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 8.001 habitantes.

A povoação surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl, originalmente chamado Pedra Branca. A denominação inicial remetia a uma serra próxima, mas encontrou impedimento por já existir município com esse nome em outros estados.

O novo nome homenageou Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro governador do Estado de Rondônia e figura central da transição territorial para a estadualização. O topônimo substituiu a geografia da pedra pela memória política do principal militar responsável pela criação do estado de Rondônia.

O município com nome do ex-governador foi criado pela Lei no 373, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Jarú.

Gentílico: jorge-teixeirense.⁷³



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁷³ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Governador Jorge Teixeira foi realizado no auge plebiscitário de 1990, quando várias localidades rondonienses tentavam afirmar capacidade administrativa própria. O ambiente era de mobilização comunitária e de forte adesão à ideia de que o novo município deveria refletir a maturidade do povoamento interiorano.

A consulta plebiscitária registra 3.399 eleitores aptos, 1.824 comparecimentos, 1.748 votos SIM, 59 votos NÃO, 5 votos em branco, 12 votos nulos e 1.575 abstenções⁷⁴; a apuração foi considerada definitiva e sem recursos, e o resultado favorável foi acolhido no ciclo de 1990 sob a Resolução TRE-RO nº 027/1990⁷⁵.

O topônimo, escolhido em homenagem a Jorge Teixeira de Oliveira, liga a emancipação local à memória do primeiro governador do estado. Dessa maneira, o nome converteu a criação municipal em gesto de reconhecimento histórico e o distrito deixou de falar apenas de seu território imediato passando a carregar, no próprio título, uma chave de leitura da formação política rondoniense.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.399
Comparecimento	1.824
Sim	1.748
Não	59
Branco	5
Nulos	12
Abstenção	1.575
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁷⁴ Proc. 021/90, p.19 e 20;

⁷⁵ Proc. 021/90, p.09;

28. Alto Paraíso (1990)

Alto Paraíso situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 09°42'47" S e 63°19'14" O, com altitude de 143 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 16.320 habitantes.

A povoação surgiu como núcleo urbano de apoio rural (NUAR) do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra. Segundo a toponímia, os primeiros colonizadores subiram uma elevação e encontraram uma paisagem tão exuberante que a associaram ao paraíso prometido.

O nome combina altura e encantamento: alto pela elevação do terreno; paraíso pela força visual da paisagem. É um topônimo que traduz a chegada como revelação, gesto típico de frentes colonizadoras que nomeavam a terra pela impressão inaugural.

O município de Alto Paraíso foi criado pela Lei n.º 375, de 13-02-1992, desmembrado do município de Ariquemes.

Gentílico: alto-paraisense.⁷⁶



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁷⁶ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

No ciclo de 1990, Alto Paraíso foi uma das localidades que levaram às urnas o desejo de administrar diretamente a própria vida pública. O plebiscito reuniu a experiência recente da colonização, a consolidação do núcleo urbano e a expectativa de que o crescimento demográfico encontrasse forma política estável.

A consulta plebiscitária registra 3.679 eleitores aptos, 2.068 comparecimentos, 2.007 votos SIM, 33 votos NÃO, 11 votos em branco, 17 votos nulos e 1.611 abstenções⁷⁷, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁷⁸

O nome Alto Paraíso nasceu da impressão dos primeiros colonizadores diante de uma elevação de paisagem ampla e promissora. Na emancipação, esse imaginário de altura e abundância ganhou contorno institucional, pois, o que começou como visão de horizonte tornou-se município, como se o relevo simbólico do nome também pedisse elevação administrativa.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.679
Comparecimento	2.068
Sim	2.007
Não	33
Branco	11
Nulos	17
Abstenção	1.611
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁷⁷ Proc. 021/90, p.20;

⁷⁸ Proc. 021/90, p.09;

29. Monte Negro (1990)

Monte Negro situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°15'05" S e 63°17'13" O, com altitude de 153 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 11.548 habitantes.

Monte Negro surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra, inicialmente chamado Boa Vista. O nome original não pôde ser mantido porque já identificava a capital de Roraima.

A população escolheu Monte Negro em homenagem a um acidente geográfico existente no local. A denominação substituiu a visão genérica de Boa Vista por uma referência física mais singular, mais presa ao terreno e menos dependente de nomes já usados no país.

O município de Monte Negro foi criado pela Lei no 371 , de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Jaru.

Gentílico: monte-negrense ou monte-negrino.⁷⁹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁷⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Monte Negro compareceu ao conjunto de consultas de 1990 num momento em que Rondônia reorganizava seu interior por meio da criação de novas municipalidades. A comunidade chegou ao pleito após a formação de um povoado que já sustentava redes próprias de moradia, trabalho e representação local.

A consulta plebiscitária registra 3.270 eleitores aptos, 1.674 comparecimentos, 1.615 votos SIM, 33 votos NÃO, 10 votos em branco, 16 votos nulos e 1.596 abstenções⁸⁰, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁸¹

Antes da definição municipal, o lugar se chamava Boa Vista; o nome Monte Negro foi escolhido pelos moradores em homenagem a um acidente geográfico do local. A emancipação fixou essa mudança como marca durável, substituindo um nome impossível por outro extraído da própria paisagem, como se a montanha escura passasse a guardar também a memória de uma comunidade que decidiu permanecer.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	3.270
Comparecimento	1.674
Sim	1.615
Não	33
Branco	10
Nulos	16
Abstenção	1.596
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁸⁰ Proc. 021/90, p.20;

⁸¹ Proc. 021/90, p.09;

30. Cacaulândia (1990)

O município de Cacaulândia situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°20'27" S e 62°53'10" O, com altitude de 205 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 4.150 habitantes.

Cacaulândia surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Deodoro. O nome nasceu da importância da região como polo produtor de cacau, fruto do cacauzeiro, árvore da família das Esterculiáceas.

A cidade carrega no topônimo uma economia vegetal: cacau, lavoura, fruto, chocolate e trabalho rural. A palavra Cacaulândia transforma a cultura agrícola em território nomeado, como se o município fosse uma extensão simbólica do cacauzeiro.

O projeto de emancipação, fez parte dos 21 "municípios" das Disposições Transitórias da Constituição de Rondônia de 1989, no item XVI, do parágrafo único, do artigo 42. Argüida sua inconstitucionalidade, tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Cacaulândia, sendo transformado em município pela Lei no 374, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Ariquemes.

Gentílico: cacaulandiense.⁸²



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁸² SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

A consulta de Cacaulândia integrou a etapa em que os distritos mais recentes buscavam confirmar nas urnas a autonomia desejada desde a Constituinte estadual. O plebiscito refletiu a passagem de um núcleo agrário em expansão para uma estrutura municipal apta a gerir suas próprias demandas.

A consulta plebiscitária registra 2.901 eleitores aptos, 1.614 comparecimentos, 1.547 votos SIM, 43 votos NÃO, 12 votos em branco, 12 votos nulos e 1.287 abstenções⁸³, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 027/1990⁸⁴.

O topônimo Cacaulândia nasce da força econômica e simbólica do cacau na região, produto que ajudou a definir o perfil do assentamento. Ao tornar-se município, a localidade transportou para o plano político uma identidade agrícola já inscrita no nome, ligando cultivo, trabalho e pertencimento numa mesma forma territorial..

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.901
Comparecimento	1.614
Sim	1.547
Não	43
Branco	12
Nulos	12
Abstenção	1.287
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁸³ Proc. 021/90, p.20;

⁸⁴ Proc. 021/90, p.09;

31. Rio Crespo (1990)

O município de Rio Crespo situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 09°42'19" S e 62°54'01" O, com altitude de 0 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 3.471 habitantes.

Rio Crespo surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Marechal Deodoro, inicialmente chamado Cafelândia por causa da produção cafeeira. Como já existiam municípios com esse nome no Paraná e em São Paulo, a denominação não pôde ser mantida.

O nome Rio Crespo veio da simplificação de Rio Preto do Crespo, referência a um curso d'água localizado em terras de José da Costa Crespo. A escolha substituiu a identidade agrícola genérica por uma marca hidrográfica e fundiária específica.

O município de Rio Crespo foi criado pela Lei nº 376, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com território desmembrado de Ariquemes e Porto Velho.

Gentílico: rio-crespense.⁸⁵



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁸⁵ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.



O Processo Plebiscitário

Rio Crespo compareceu ao plebiscito de 1990 em meio ao avanço da reorganização municipal do estado, quando as comunidades interioranas passaram a medir nas urnas sua força de autonomia. O distrito se apresentou como espaço já dotado de coesão local, pronto para se desligar da tutela administrativa anterior.

A consulta plebiscitária registra 2.245 eleitores aptos, 1.360 comparecimentos, 1.198 votos SIM, 144 votos NÃO, 9 votos em branco, 9 votos nulos e 885 abstenções⁸⁶, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 027/1990.⁸⁷

A história do nome revela a troca de Cafelândia por Rio Crespo, depois que o primeiro topônimo se mostrou juridicamente inviável. Ao adotar a referência hidrográfica, a localidade ancorou sua emancipação num elemento da própria terra, fazendo do curso d'água um sinal de permanência e do novo nome um selo de legitimidade territorial.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	11 de março de 1990
Eleitores aptos	2.245
Comparecimento	1.360
Sim	1.198
Não	144
Branco	9
Nulos	9
Abstenção	885
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 27/1990

⁸⁶ Proc. 021/90, p.21;

⁸⁷ Proc. 021/90, p.09;



Seção III

1993–1995: Lacunas Arquivísticas



32. Chupinguaia – 1º Plebiscito (1993)

O município de Chupinguaia situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 12°33'00" S e 60°54'08" O, com altitude de 360 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 9.324 habitantes.

Chupinguaia recebeu o nome de um rio que banha a região, afluente da margem direita do rio Pimenta Bueno. Segundo informação registrada no documento, na língua dos índios Latundê o nome significaria “rio de sangue”.

A força do topônimo está em sua densidade indígena e fluvial. Não é nome de homenagem política nem de saudade migrante: é palavra de água e de memória, carregando uma sonoridade que vem das camadas mais antigas do território.

O município de Chupinguaia foi criado através da Lei nº 643 de 27 de dezembro de 1995 pelo governador Valdir Raupp de Matos, com território formado a partir de áreas desmembradas dos municípios de Vilhena e Corumbiara.

Gentílico: chupinguaiese.⁸⁸



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁸⁸ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

No plano político-administrativo, o plebiscito de Chupinguaia insere-se no ciclo de emancipações municipais de meados da década de 1990, quando diferentes localidades rondonienses buscavam transformar crescimento populacional e identidade local em autonomia institucional.

A consulta plebiscitária registra 1614 eleitores, 781 comparecimentos e 833 abstenções⁸⁹, a consulta foi rejeitada através de Resolução (não localizada nos autos) e confirmada através do Acórdão TRE-RO nº 135/93⁹⁰.

Na ocasião, o resultado mostrou uma participação eleitoral limitada permitindo ver em Chupinguaia um caso em que a busca pela emancipação procurava dar forma administrativa a um território já marcado pelo nome do rio e de uma memória própria, que ao final, revelou-se frustrada pela pouca participação popular.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	05 de dezembro de 1993
Eleitores aptos	1614
Comparecimento	781
Sim	-
Não	-
Branco	-
Nulos	-
Abstenção	833
Resultado	rejeitada
Resolução TRE-RO.	Acórdão TRE-RO nº 289/95

⁸⁹ Proc. Nº 213/93, p.29;

⁹⁰ Proc. Nº 213/93, p.39;



33. Alto Alegre dos Parecis (1993)

Alto Alegre dos Parecis. Situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 12°07'42" S e 61°51'05" O, com altitude de 405 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 11.479 habitantes.

A povoação surgiu com o nome Alto Alegre, dado por José Bezerra, pai do professor João Bezerra, por estar situado em uma região de serras. O primeiro nome guardava a experiência afetiva de um lugar elevado e promissor.

A expressão “dos Parecis” foi acrescentada por orientação de Gerino Alves, para diferenciar o município de homônimos existentes em São Paulo e Roraima e homenagear a Chapada dos Parecis. O topônimo passou a unir sentimento local, relevo e memória indígena.

A criação do município ocorreu no dia 22 de junho de 1994, através da Lei no 570, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Alta Floresta d' Oeste e Cerejeiras.

Gentílico: alto-alegrense-dosparecis.⁹¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Alto Alegre dos Parecis pertence à leva de 1993, quando o estado ainda acomodava novas demandas de autonomia municipal surgidas da colonização recente. A consulta traduziu a confiança de uma comunidade que já se via apta a organizar o próprio destino institucional.

A consulta plebiscitária foi homologada pela Resolução TRE-RO nº 123/1993.⁹²

O nome alto-alegrense traz duas camadas: a antiga designação Alto Alegre e o complemento dos Parecis, incorporado para distinguir o novo município e ligá-lo à chapada indígena que marca a região. A emancipação sedimentou essa dupla inscrição, unindo elevação do terreno e memória étnica numa mesma identidade municipal.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1993
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 123/1993

⁹² SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



34. Primavera de Rondônia (1993)

O município de Primavera de Rondônia situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°49'01" S e 61°19'17" O, com altitude de 210 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 3.076 habitantes.

A povoação surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Abaitará. Antes de consolidar esse nome, a localidade esteve associada à proposta Apidiá, referência indígena ligada ao rio Pimenta Bueno.

A impossibilidade de usar simplesmente Primavera, por já haver municípios homônimos, levou ao acréscimo “de Rondônia”. O resultado preservou a imagem de renovação, mas a vinculou explicitamente ao estado, evitando repetição legal.

Com o nome de Primavera de Rondônia O município foi criado pela Lei no 569, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Pimenta Bueno.

Gentílico: primaverense-de-rondônia.⁹³



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹³ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Primavera de Rondônia insere-se na retomada das consultas emancipacionistas em 1993, já sob um ambiente menos expansivo e mais seletivo que o de 1990. Ainda assim, a votação expressou a disposição local de transformar um núcleo consolidado em sede de governo municipal.

Os dados de votação da consulta plebiscitária não foram localizados no acervo documental, mas a consulta consta homologada pela Resolução TRE-RO nº 120/1993.⁹⁴

A história do topônimo é particularmente eloquente: o lugar surgiu como Primavera, passou pelo desvio frustrado de Apidiá e acabou fixado como Primavera de Rondônia. Nessa trajetória, a emancipação não apenas criou um município; ela depurou o nome até ligá-lo de forma inequívoca ao estado e ao seu tempo histórico.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1993
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 120/1993

⁹⁴ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



35. Vale do Anari (1993)

O município de Vale do Anari situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 09°51'47" S e 62°11'08" O, com altitude de 140 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 7.788 habitantes.

Vale do Anari surgiu na Gleba Anari, inicialmente com o nome Sílvio de Farias. Em 1989, lideranças locais criaram uma associação chamada Vale do Anari para enfrentar problemas regionais e fortalecer a luta pela emancipação.

O nome deriva do vale do rio Anari, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná ou Machado. O documento registra que o rio foi conhecido como Uaneri e que o nome se relaciona a um peixe teleosteo da família dos Caracídeos.

O município de Vale do Anari foi criado pela Lei no 572, de 22 de junho de 1994, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do município de Machadinho d' Oeste.

Gentílico: vale-anariense.⁹⁵



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹⁵ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Vale do Anari foi consultado na sequência de 1988, quando novas localidades rondonienses rerepresentaram o pedido de autonomia em moldes documentais já mais fragmentários. A votação respondeu a um processo de organização local que vinha sendo construído por lideranças regionais desde o final da década anterior.

Os dados de votação da consulta plebiscitária não foram localizados no acervo documental, mas a consulta consta homologada pela Resolução TRE-RO nº 69/1988.⁹⁶

O nome Vale do Anari deslocou a memória de Sílvio de Farias para a geografia do rio e do vale, inscrevendo no município a paisagem que o sustenta. Assim, a emancipação se fez sobre um nome que já condensava relevo, água e travessia, como se o próprio vale pedisse voz política para seu povo.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1988
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 69/1988

⁹⁶ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



36. Cujubim (1993)

O município de Cujubim situa-se na porção norte do estado, nas coordenadas 09°21'48" S e 62°35'07" O, com altitude de 95 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 14.863 habitantes.

Cujubim surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Cujubim, herdando o nome do próprio projeto. A localidade foi sendo moldada por assentamento, trabalho rural e abertura de caminhos no interior rondoniense.

Cujubim é uma ave galiforme da família dos Cracídeos, venerada como ave sagrada em muitas tribos amazônicas, considerada por elas a mãe da raça. O topônimo dá ao município uma identidade de fauna, mito e floresta.

O município de Cujubim foi criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei no 568, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com áreas desmembradas dos Municípios de Rio Crespo e Jamari.

Gentílico: cujubiense.⁹⁷



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹⁷ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Na rodada plebiscitária de 1993, Cujubim apareceu como uma dessas localidades cuja vida social já pressionava por uma moldura administrativa própria. O pleito se integrou à expansão municipal tardia de Rondônia, num momento em que a comunidade buscava sair da dependência distrital e consolidar sua representação.

Os dados de votação da consulta plebiscitária não foram localizados no acervo documental, mas a consulta consta homologada pela Resolução, foi homologada pela Resolução TRE-RO nº 122/1993⁹⁸.

Cujubim traz no nome a ave amazônica reverenciada por muitas tradições indígenas, e essa força simbólica atravessa a história local. Ao alcançar a emancipação, a localidade transformou um nome da fauna e da memória ancestral em nome de município, fazendo do pássaro uma assinatura política do território.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1993
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 122/1993

⁹⁸ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



37. Parecis (1993)

Parecis situa-se na porção sul-leste do estado e localiza-se a uma latitude 12°11'46" S e 61°36'05" O, com altitude de 355 metros. No recorte do Censo Demográfico 2022, o município registrou 4.125 habitantes

Parecis nasceu na linha 75, como Núcleo Urbano de Apoio Rural, em uma faixa de ocupação marcada pela abertura de caminhos, pela formação de lotes e pela lenta transformação da paisagem rural em comunidade.

O topônimo Parecis remete aos povos indígenas Parecis, da grande nação Aruaco, historicamente associados à Serra do Norte, também conhecida como Cordilheira dos Parecis. Assim, o nome do município não é apenas uma indicação territorial: é uma palavra que conserva a presença indígena, a geografia das serras e a espessura antiga de uma região onde o mapa político veio depois da memória ancestral.

O município foi criado pela Lei nº 573, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada de Pimenta Bueno.

Gentílico: parecisense.⁹⁹



Sob Licença Creative Commons 2.5

⁹⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 51.

O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Parecis pertence à leva de 1993, quando o estado ainda acomodava novas demandas de autonomia municipal surgidas da colonização recente. A consulta traduziu a confiança de uma comunidade que já se via apta a organizar o próprio destino institucional.

Os dados de votação da consulta plebiscitária não foram localizados no acervo documental, mas a consulta consta homologada pela Resolução TRE-RO nº 119/1993.¹⁰⁰

A Emancipação de Parecis carrega a força de um território que já possuía nome antes de se tornar município, primeiramente como referência da paisagem e dos povos originários, depois como povoado, e, por fim, como identidade política inscrita no mapa de Rondônia.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1993
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 119/1993

¹⁰⁰ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



38. São Felipe d'Oeste (1993)

O município de São Felipe d'Oeste situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°54'04" S e 61°30'08" O, com altitude de 290 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 5.258 habitantes.

São Felipe d'Oeste surgiu de uma invasão de terras na Fazenda São Felipe, em meio a conflitos fundiários da década de 1980. A desapropriação da área permitiu a distribuição de lotes e a formação do projeto de colonização que manteve o nome da antiga fazenda.

A expressão d'Oeste foi acrescentada para diferenciar O município de homônimo já existente no Estado da Bahia. O nome conserva, portanto, duas camadas: a memória conflituosa da terra e a necessidade legal de singularizar a nova unidade municipal.

O município de São Felipe d'Oeste foi criado em 22 de junho de 1994 através da Lei nº 567, sancionada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com território desmembrado de Pimenta Bueno.

Gentílico: são-felipense-d'oeste. ¹⁰¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹⁰¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

São Felipe d'Oeste integra o ciclo seguinte às grandes emancipações de 1990, quando novas localidades tentavam concluir processos abertos na década anterior. A consulta surgiu num cenário de assentamento consolidado, conflitos fundiários já parcialmente equacionados e forte desejo comunitário de estabilizar sua posição no mapa administrativo.

Os dados de votação da consulta plebiscitária não foram localizados no acervo documental, mas a consulta consta homologada pela Resolução TRE-RO nº 217/1993.¹⁰²

O nome preserva a memória da Fazenda São Felipe e do assentamento que se organizou depois da desapropriação das terras. Quando a emancipação se consumou, o topônimo já guardava a história da luta pela posse e pela permanência, convertendo esse passado agrário e conflitivo em forma municipal reconhecida.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1994
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 217/1993

¹⁰² SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.06;



39. Tarilândia – Jaru (1995) 1º Plebiscito

Tarilândia pertence ao município de Jaru e situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 10.8564169 S e 62.7987535 O, com altitude 214 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, o distrito registrou 4.675 habitantes.

A povoação nasceu no ciclo de colonização da Gleba Padre Adolpho Rohl, ao sul de Jaru, ocupada por migrantes de vários estados brasileiros, primeiro submetidos ao isolamento da mata e à extração do látex, depois lançados à lavoura branca e à difícil construção de um núcleo urbano.



Sob Licença Creative Commons 2.5

O Processo Plebiscitário

No final de 1995, a voz de Tarilândia — ainda distrito de Jaru — chegou ao TTRE-RO como pedido de reconhecimento quando moradores e representantes municipais requerem que o plebiscito destinado a transformar o distrito em município seja considerado válido, apontando uma eleição marcada por falhas práticas marcadas pela deficiência nos transportes disponibilizados pela Justiça Eleitoral e um eleitorado que, segundo alegam, já não correspondia ao território vivido — com eleitores ainda inscritos que teriam se mudado, outros falecidos e títulos recentes que não teriam sido entregues, dificultando a formação do quórum mínimo

A consulta plebiscitária registra 3.608 eleitores, 1.752 comparecimentos e 1.856 abstenções, sendo rejeitada pela Resolução TRE-RO nº 270/95¹⁰³.

Apesar das alegações de dificuldade de acesso e de um eleitorado que já não refletiria por inteiro a vida local, o resultado não foi reconhecido como suficiente para produzir efeitos institucionais, e o pedido de validação foi recusado, deixando registrado — no papel do processo — que, naquele momento, a emancipação pretendida não se concretizou e o município, por essa via, não pôde nascer.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	17 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	3.608
Comparecimento	1.752
Abstenções	1.856
Resultado	Não Homologada / comparecimento insuficiente
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 270/1995

¹⁰³ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 88;



40. São Francisco do Guaporé (1995)

O município de São Francisco do Guaporé situa-se na porção sul do estado, nas coordenadas 12°02'25" S e 63°34'19" O, com altitude de 185 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 16.286 habitantes.

São Francisco do Guaporé formou-se a partir da ocupação de terras ao longo da BR-429, estrada que liga a BR-364 a Costa Marques, na fronteira com a Bolívia. O núcleo urbano surgiu próximo ao rio Manoel Corrêa ou São Francisco, por volta da segunda metade da década de 1980.

O povoado recebeu o nome do rio das proximidades, e a referência ao Guaporé inscreveu a localidade na grande bacia fronteiriça que estrutura o oeste de Rondônia. O topônimo combina devoção cristã, rio regional e faixa de circulação rodoviária.

O município de São Francisco do Guaporé foi criado em 27 de dezembro de 1995, através da Lei nº 644, sancionada pelo governador Valdir Raupp de Matos.

Gentílico: são-franciscano-do-oeste ou são-francisquense-do-oeste.¹⁰⁴



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹⁰⁴ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

No ciclo de 1995, São Francisco do Guaporé aparece numa etapa em que Rondônia continuava a ampliar sua rede municipal, embora já sob acervo documental mais lacunar. A consulta acompanhou o amadurecimento de um povoado surgido à beira de importante eixo rodoviário e pressionado por novas necessidades administrativas.

A consulta plebiscitária registra 2.465 eleitores aptos, 1.421 comparecimentos, 1.382 votos SIM, 33 votos NÃO, 2 votos em branco, 4 votos nulos e 1.044 abstenções¹⁰⁵, homologada pela Resolução TRE-RO nº 272/1995.¹⁰⁶

O topônimo veio do rio São Francisco, nas proximidades do núcleo urbano, depois acrescido de “do Guaporé” para distinguir a localidade de homônimos existentes fora de Rondônia. A emancipação fez do nome um ponto de encontro entre hidrografia e fronteira, amarrando estrada, rio e vida comunitária num mesmo desenho político.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	17 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	2.465
Comparecimento	1.421
Sim	1.382
Não	33
Branco	2
Nulos	4
Abstenção	1.044
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 272/1995

¹⁰⁵ FONTE: Processo nº 036/94, p. 188;

¹⁰⁶ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000,p. 90;



41. Novo Riachuelo (1995)

Novo Riachuelo é um distrito de Presidente Médici, inserido no processo de expansão distrital e municipal de Rondônia nos anos 1990. Do ponto de vista toponímico, o nome sugere vínculo com um pequeno curso d'água.

Assim, Novo Riachuelo reúne duas camadas de interesse histórico: de um lado, a paisagem e a ocupação regional, que ajudam a explicar a lógica de nomes ligados ao território; de outro, a documentação eleitoral de 1995, que mostra a localidade inserida no ciclo de consultas para reorganização municipal em Rondônia.



Sob Licença Creative Commons 2.5

O Processo Plebiscitário

O plebiscito de Novo Riachuelo teve uma tramitação interrompida e retomada. Em 1994, o TRE-RO acolheu a preliminar de não realização da consulta por se tratar de ano eleitoral, adiando o exame do mérito. No ano seguinte, a Corte voltou a apreciar o caso, deferiu a consulta e fixou sua realização para novembro de 1995.

A consulta plebiscitária registra 1.562 pessoas, 640 SIM, 24 NÃO, 3 BRANCOS, com 985 ausências,¹⁰⁷ não homologada pela Resolução TRE-RO n° 287/95.¹⁰⁸

Em síntese, o caso de Novo Riachuelo revela um plebiscito marcado por dois obstáculos sucessivos: primeiro, o impedimento jurídico de 1994 por causa do calendário eleitoral; depois, em 1995, a frustração material da consulta por insuficiência de comparecimento. O resultado final foi a não homologação do plebiscito, vinculada à Resolução TRE-RO n° 287/95...

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	26 de novembro de 1995
Eleitores aptos	1562
Comparecimento	667
Sim	640
Não	24
Branco	3
Nulos	-
Abstenção	895
Resultado	Não homologado
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO n° 287/1995

¹⁰⁷ Proc.029/94, p.78;

¹⁰⁸ Proc.029/94, p.91 e SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.91;



42. Rondominas (1995)

Rondominas é distrito do município de Ouro Preto do Oeste e situa-se na porção região central do estado, nas coordenadas d 10.5123513 S e 61.9999954 O, com altitude de 192 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, o distrito registrou 2.411 habitantes.

O nome pode ser lido como um topônimo por composição ou amálgama, construído pela junção de duas referências geográficas. “Rondo-” vincula a localidade ao espaço rondoniense; “-minas” remete, com forte probabilidade semântica, ao universo de Minas Gerais ou à memória cultural de migrantes mineiros que participaram da ocupação da região.



Sob Licença Creative Commons 2.5

(7) Amadeu Hermes | Facebook

O Processo Plebiscitário

Em 1995, Rondominas integrou o conjunto de localidades que buscavam converter seu crescimento populacional em reconhecimento institucional, mas a consulta esbarrou em participação insuficiente e não alcançou validação oficial.

A consulta plebiscitária registra que, dos 1.805 eleitores aptos, apenas 688 votaram, 639 Sim, 45 Não, 4 Brancos, abstenção de 1.117,¹⁰⁹ sem alcançar o quórum mínimo de 903 eleitores, sua não homologação se deu através da Resolução TRE-RO nº 288/1995¹¹⁰.

O nome Rondominas sugere encontro de territórios e memórias migratórias, marca comum na formação de povoados rondonienses. A tentativa de emancipação municipal, nesse horizonte, aparece como continuação de uma experiência de ocupação em que o nome já carregava o traço do deslocamento e da mistura.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1995
Eleitores aptos	1.805
Comparecimento	688
Sim	639
Não	45
Brancos	4
Nulos	-
Abstenção	1.117
Resultado	Não homologada
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 288/1995

¹⁰⁹ FONTE: Proc. 032/94,p.82;

¹¹⁰ FONTE: Proc. 032/94,p.86;



43. Chupinguaia – 2º Plebiscito (1995)

O município de Chupinguaia situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 12°33'00" S e 60°54'08" O, com altitude de 360 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 9.324 habitantes.

Chupinguaia recebeu o nome de um rio que banha a região, afluente da margem direita do rio Pimenta Bueno. Segundo informação registrada no documento, na língua dos índios Latundê o nome significaria “rio de sangue”.

A força do topônimo está em sua densidade indígena e fluvial. Não é nome de homenagem política nem de saudade migrante: é palavra de água e de memória, carregando uma sonoridade que vem das camadas mais antigas do território.

O município de Chupinguaia foi criado em 27 de dezembro de 1995, através da Lei nº 643, sancionada pelo governador Valdir Raupp de Matos e a partir do desmembramento de áreas de Vilhena e Corumbiara.

Gentílico: chupinguaense..¹¹¹



Sob Licença Creative Commons 2.5

(7) Amadeu Hermes | Facebook

¹¹¹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Em 1995, Chupinguaia integrou a sequência de consultas que davam continuidade à expansão municipal do estado já em outro compasso histórico. O pleito expressou o esforço local de consolidar institucionalmente uma área que ganhara densidade populacional e identidade própria ao longo dos anos anteriores.

A consulta plebiscitária registra 1.956 eleitores, 977 comparecimentos, 885 SIM, 85 NÃO, 7 brancos e 979 abstenções,¹¹² sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 289/1995.¹¹³

Ao tornar-se município, a localidade levou para a esfera política um nome profundamente territorial, em que água, memória e presença humana se tornam inseparáveis.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	1995
Eleitores aptos	1956
Comparecimento	977
Sim	885
Não	85
Branco	7
Nulos	-
Abstenção	979
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 289/1995

¹¹² Proc. 034/94, p.93;

¹¹³ Proc. 034/94, p.147;



44. Nova Estrela (1995)

Nova Estrela de Rondônia pertence ao município de Rolim de Moura e situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 11.7265964 S e 61.5505401 O, com altitude de 212 m.

A leitura do topônimo permanece no campo da sugestão histórica: “Nova” remete à marca recorrente das frentes de ocupação e refundação territorial, enquanto “Estrela” projeta uma imagem de referência, distância e horizonte, como tantos nomes que surgiram na paisagem rondoniense entre estradas abertas, migrações recentes e povoados em formação. Em termos editoriais, o mais rigoroso é dizer que Nova Estrela guarda a força evocativa de um nome de esperança e orientação, mas que sua etimologia, na documentação hoje reunida, ainda permanece em aberto.



Sob Licença Creative Commons 2.5

(7) Amadeu Hermes | Facebook

O Processo Plebiscitário

Nova Estrela surge na leva de 1995, quando alguns distritos rondonienses ainda buscavam completar o processo de autonomização iniciado nos anos anteriores. O plebiscito realizado no então distrito de Estrela de Rondônia, chegou a ter apuração iniciada, mas seu resultado não foi homologado pelo TRE-RO através da Resolução nº 269/95, que decidiu unanimemente pela não homologação da consulta. O fundamento central apareceu depois no Acórdão nº 045/96: embora 923 eleitores tenham comparecido, a Corte entendeu que cerca de 10 votaram após o horário regular, o que reduzia o total válido para 913, abaixo do quórum mínimo exigido.

A consulta plebiscitária registra 3.228 eleitores inscritos, 1.341 comparecimentos e 1887 abstenções¹¹⁴, não sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 290/1995¹¹⁵.

Assim, a trajetória plebiscitária de Nova Estrela ficou marcada pela insuficiência de quórum reconhecida pela Justiça Eleitoral, projetando uma imagem de orientação, brilho e reinício, marcas frequentes no imaginário de novos assentamentos. A tentativa de emancipação municipal prolonga essa sugestão, pois transforma um nome de promessa em inscrição administrativa, como se a estrela deixasse de guiar apenas a expectativa e passasse a iluminar um município efetivo.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	093 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	3.228
Comparecimento	1.341
Sim	3228
Não	1341
Branco	-
Nulos	-
Abstenção	1887
Resultado	Não homologada
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 290/1995

¹¹⁴ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.89;

¹¹⁵ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000 / pg. 90;



45. Estrela de Rondônia (1995)

Estrela de Rondônia pertence ao município de Presidente Médici e situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°54 S e 62°46 W, com altitude de 246 m.

A leitura do topônimo permanece no campo da sugestão histórica: “Estrela de Rondônia” projeta uma imagem de referência, distância e horizonte, como tantos nomes que surgiram na paisagem rondoniense entre estradas abertas, migrações recentes e povoados em formação. Em termos editoriais, o mais rigoroso é dizer que Estrela de Rondônia guarda a força evocativa de um nome de esperança e orientação, mas que sua etimologia, na documentação hoje reunida, ainda permanece em aberto.



Sob Licença Creative Commons 2.5

O Processo Plebiscitário

Estrela de Rondônia surge na leva de 1995, quando alguns distritos rondonienses ainda buscavam completar o processo de autonomização iniciado nos anos anteriores. O plebiscito realizado no então distrito, chegou a ter apuração iniciada, mas seu resultado não foi homologado pelo TRE-RO através da Resolução nº 269/95, que decidiu unanimemente pela não homologação da consulta. O fundamento central apareceu depois no Acórdão nº 045/96: embora 923 eleitores tenham comparecido, a Corte entendeu que cerca de 10 votaram após o horário regular, o que reduzia o total válido para 913, abaixo do quórum mínimo exigido.

A consulta plebiscitária registra 1.839 eleitores inscritos, 923 comparecimentos apurados inicialmente e quórum mínimo de 920 votantes, mas, com a exclusão de cerca de 10 votos colhidos após o horário regular, restaram 913 comparecimentos válidos, 909 votos SIM, 11 votos NÃO, 3 votos em branco, 3 votos nulos e 916 faltosos, não sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 269/1995¹¹⁶.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	19 de novembro de 1995
Eleitores aptos	1839
Comparecimento	913
Sim	909
Não	11
Branco	3
Nulos	3
Abstenção	916
Resultado	Não homologada
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 269/1995

¹¹⁶ Proc. 030/94, p. 102;



46. Pimenteiras do Oeste (1995)

O município de Pimenteiras do Oeste situa-se na porção sul-leste do estado, nas coordenadas 13°28'00" S e 61°02'28" O, com altitude de 185 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 2.156 habitantes.

Pimenteiras do Oeste tem origem em registros fundiários antigos na margem direita do rio Guaporé, na foz do igarapé Santa Cruz. O lote Pimenteiras, doado em 1929, deu nome ao igarapé e ao povoado que surgiu em sua foz.

O acréscimo “do Oeste” foi usado porque a lei não permitia a criação de novo município com nome já existente. O topônimo preserva, assim, uma memória de lote, rio, povoado e fronteira guaporeana, ajustada às exigências legais da emancipação.

Pimenteiras foi elevada à categoria de distrito de Cerejeiras em 10 de agosto de 1983, pelo Decreto nº 1.396, condição reafirmada pela Lei nº 005, de 21 de novembro do mesmo ano. Mais tarde, pela Lei nº 645, de 27 de dezembro de 1995, assinada pelo governador Valdir Raupp de Matos.

Gentílico: pimenteirense-do-oeste.¹¹⁷



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹¹⁷ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

Processo Plebiscitário

Pimenteiras do Oeste integra a etapa de 1995, em que Rondônia ampliava seu quadro municipal a partir de antigas localidades fronteiriças e ribeirinhas. O plebiscito se inscreve nesse contexto de maturação administrativa de núcleos historicamente marcados pela circulação no vale do Guaporé.

A consulta plebiscitária registra 573 eleitores, 290 votos apurados, 283 eleitores ausentes e abstenção de 49,39%, com quórum mínimo fixado em 287 votantes¹¹⁸, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 298/1995¹¹⁹.

Quando veio a emancipação, o novo ente administrativo não adotou um nome estranho à sua trajetória: preservou a marca já inscrita na paisagem e na memória regional. Desse modo, Pimenteiras atravessou a passagem de núcleo fronteiriço a município sem romper com sua origem, levando para a esfera institucional o nome nascido da beira do rio e do lento trabalho histórico de ocupação daquele trecho do território.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	17 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	573
Comparecimento	290
Sim	280
Não	8
Branco	2
Nulos	-
Abstenção	283
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 31/1995

¹¹⁸ Proc. 031/94, p.89;

¹¹⁹ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 100



47. Buritis (1995)

O município de Buritis situa-se na porção central do estado, nas coordenadas 10°12'44" S e 63°49'46" O, com altitude de 200 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 27.992 habitantes.

Buritis foi criado em 1995, com áreas desmembradas de Campo Novo de Rondônia e Porto Velho. Seu nome vem do plural de buriti, palmeira de áreas úmidas, também chamada buritizeiro, muriti, palmeira-dos-brejos e outros nomes regionais.

A escolha do nome remete a uma vegetação de brejo, fruto amarelo, óleo, broto e paisagem amazônica. Buritis é um topônimo vegetal que não aponta apenas para uma planta, mas para um ambiente inteiro, úmido e fértil.

O município foi criado em 27 de dezembro de 1995, pela Lei nº 649, sancionada pelo governador Valdir Raupp, com território desmembrado de Campo Novo de Rondônia e Porto Velho.

Gentílico: buritisense.¹²⁰



Sob Licença Creative Commons 2.5

¹²⁰ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995, p 41.

O Processo Plebiscitário

Buritis inscreve-se no ciclo plebiscitário de 1995, momento em que a expansão municipal rondoniense já avançava sob documentação mais fragmentária, mas ainda traduzia a força de núcleos populacionais que haviam consolidado densidade social e pretensão autonômica.

A consulta plebiscitária registra 1.217 eleitores no distrito, 845 votos apurados, 823 Sim, 9 Não, 9 Brancos, 4 Nulos e 372 abstenções¹²¹, sendo homologada pela Resolução TRE-RO nº 300/1995¹²².

O percurso emancipatório deu, assim, forma institucional a um nome enraizado na paisagem, convertendo a referência vegetal em marca durável de identidade territorial, expressando a passagem de um assentamento em crescimento para a condição de unidade administrativa própria.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	26 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	1.217
Comparecimento	845
Sim	823
Não	9
Brancos	9
Nulos	4
Abstenção	372
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 300/1995

¹²¹ Proc. 309/95, p.66;

¹²² Proc. 309/95, p.69;



48. Nova Londrina do Oeste (1995)

Nova Londrina, atual distrito de Ji-Paraná, formou-se no ciclo de ocupação migratória que redesenhou Rondônia a partir dos anos 1970, quando camponeses vindos do Sul, Sudeste e Nordeste seguiram para a Amazônia em busca de terra e meios de vida. Na área de Ji-Paraná, esse processo ocorreu sobre terras vinculadas à empresa Calama S/A, e a chegada dos migrantes à Gleba G combinou esperança de fixação com um cenário de forte instabilidade fundiária.

A consolidação da localidade foi atravessada por conflito agrário. Interessada em preservar a área para valorização imobiliária, a Calama S/A reagiu à ocupação com pressões e violência, mas os posseiros resistiram, articularam-se por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sustentaram a permanência até a intervenção do INCRA. Desse processo resultou a regularização fundiária e, em 1982, a implantação do Núcleo Urbano de Apoio Rural, o NUAR Nova Londrina, que passou a organizar a assistência e a estrutura básica do assentamento.

Ao mesmo tempo em que a luta pela terra se desenrolava, surgia o pequeno núcleo urbano no encontro da 3ª linha com o travessão da Gleba G. Conhecida inicialmente como Patrimônio e Cibrazem, a localidade recebeu o nome de Nova Londrina por escolha dos próprios moradores, muitos deles de origem paranaense. Assim, o topônimo condensou memória de procedência, desejo de enraizamento e afirmação de identidade num espaço construído entre deslocamento, resistência e permanência.



Sob Licença Creative Commons 2.5

O Processo Plebiscitário

Nova Londrina do Oeste aparece, na documentação consultada, como parte do ciclo de reorganização territorial vivido por Rondônia nos anos 1990. O distrito buscava transformar crescimento populacional e estrutura administrativa em autonomia municipal, mas sua presença histórica ficou registrada sobretudo pelo processo de emancipação que não se completou.

A consulta plebiscitária registra 2.053 eleitores aptos, dos quais apenas 502 compareceram às urnas, correspondendo a 24,5% do eleitorado, enquanto 1.551 deixaram de votar¹²³. O índice de participação ficou muito abaixo do mínimo exigido para validade da apuração. Por não atingir o comparecimento mínimo de 50% previsto na Resolução nº 296/95, o resultado não chegou a ser apurado juridicamente nem homologado. A situação foi formalizada pela Resolução TRE-RO nº 301/95, de 28 de dezembro de 1995, que não homologou a apuração do plebiscito.¹²⁴ Em 1997, houve nova solicitação para realização de plebiscito, sendo indeferida pela Resolução TRE-RO nº 301/95¹²⁵.

Assim, o episódio terminou como uma dupla tentativa frustrada de emancipação, marcada menos pela recusa ao projeto e mais pela baixa mobilização eleitoral e por falta de estudos de viabilidade municipal.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	26 de dezembro de 1995
Eleitores aptos	2.053
Comparecimento	502
Abstenção	1.551
Resultado	Não homologada
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 301/95

¹²³ FONTE: Proc. nº310/95, p.56;

¹²⁴ FONTE: Proc. nº310/95, p.59;

¹²⁵ FONTE: Proc. nº088/97, p.9;



Seção IV

2009–2012: rearranjos territoriais

49. Extrema de Rondônia (2010) – 2º Plebiscito

Extrema é um distrito do município de Porto Velho e situa-se na porção oeste do estado, na faixa de contato territorial com Acre e Amazonas, nas coordenadas 9°46'18,1"S e 66°21'37,8 O, com altitude de 143 metros. No recorte do Censo Demográfico 2022, o distrito registrou 7.171 habitantes.

A toponímia de Extrema está ligada à sua posição geográfica na faixa sudoeste de Rondônia, em área de divisa com o Acre. O nome indica justamente essa condição de limite ou ponto extremo do território, enquanto a forma “Extrema de Rondônia” reforça sua identificação estadual em registros administrativos e propostas de emancipação.

Ao longo dos anos, a vila tornou-se centro de uma disputa administrativa entre os dois estados, encerrada somente em 4 de dezembro de 1996, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a área como pertencente a Rondônia; no ano seguinte, em 22 de setembro de 1997, Extrema foi elevada à categoria de distrito de Porto Velho.



Sob Licença Creative Commons 2.5



O Processo Plebiscitário

Após reiteradas solicitações de novo plebiscito, somente em 2007 esse foi recolocado na agenda eleitoral através do Acórdão . O novo plebiscite se deu em escala muito mais ampla, pois envolveu consulta de grande alcance sobre a formação de Extrema de Rondônia. A expectativa local foi elevada à condição de debate de maior visibilidade, num cenário já diferente daquele dos ciclos emancipatórios dos anos 1990.

A consulta plebiscitária registra 257.724 eleitores aptos, 196.103 comparecimentos, 170.004 votos SIM, 18.853 votos NÃO, 2.598 votos em branco, 4.648 votos nulos e 61.621 faltosos, homologada pela Resolução TRE-RO nº 39/2009¹²⁶.

Extrema de Rondônia traz no nome a ideia de limite, borda e afastamento, o que faz do topônimo uma espécie de geografia condensada. Ao ser submetida a plebiscito em escala ampliada, a localidade mostrou que até os lugares de margem podem reivindicar centralidade política, transformando a extremidade em tema de toda a circunscrição. Entretanto, A tentativa de criar O município de "Extrema de Rondônia" através da Lei Estadual 2.264/2010 foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 4992, mantendo o local como distrito.

Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	28 de fevereiro de 2010
Eleitores aptos	257.724
Comparecimento	196.103
Sim	170.004
Não	18.853
Branco	2.598
Nulos	4.648
Abstenção	61.621
Resultado	Homologado / maioria SIM
Resolução TRE-RO.	Resolução TRE-RO nº 39/2009.

¹²⁶ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p.. 106;

50. Tarilândia – Jaru /Governador Jorge Teixeira - 2º Plebiscito (2012)

Tarilândia pertence ao município de Jaru e situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 10.8564169 S e 62.7987535 O, com altitude 214 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, o distrito registrou 4.675 habitantes.

A povoação nasceu no ciclo de colonização da Gleba Padre Adolpho Rohl, ao sul de Jaru, ocupada por migrantes de vários estados brasileiros, primeiro submetidos ao isolamento da mata e à extração do látex, depois lançados à lavoura branca e à difícil construção de um núcleo urbano..



Sob Licença Creative Commons 2.5



O Processo Plebiscitário

Em 2012, Tarilândia apareceu em consulta voltada à criação de município por desmembramento de áreas de Jaru e Governador Jorge Teixeira, o que recolocou em pauta a questão municipal sob forma compartilhada. No lado de Jaru, o pleito expressou a relação entre um município consolidado e uma área cujo destino institucional passou a ser debatido diretamente nas urnas.

A consulta plebiscitária registra que, somados os votos de Jaru e Governador Jorge Teixeira, foram computados 5.312 votos contrários e 29.646 votos favoráveis à criação do novo Município. Dos 6.997 eleitores de Governador Jorge Teixeira, que compareceram às urnas, 3.815 optaram pelo "Não" e 2.774 votaram no "Sim"¹²⁷. Em Jaru, 30.476 eleitores compareceram à votação, destes 26.872 eleitores optaram pelo "SIM" e 1.497 pelo "Não"¹²⁸. Desta forma, em Jaru, 94,76% dos eleitores votaram pela emancipação de Tarilândia, com somente 5,28% dos eleitores votando contra. Em Governador Jorge Teixeira, 57,90% dos eleitores votaram contra a emancipação, e 42,10% votaram a favor da emancipação, homologada pela Resolução TRE-RO nº 18/2012.

Tarilândia, nome que projeta uma localidade ainda em formação simbólica, ganhou em 2012 espessura política ao ser discutida por eleitores de Jaru. Ali, a toponímia não vinha do passado remoto, mas de um futuro em disputa: o nome buscava existir no mapa antes mesmo de existir como município. No entanto, ao encontrar resistência, o anseio emancipatório não conseguiu se sobrepôr à moldura já existente de Governador Jorge Teixeira. O resultado mostra que a história municipal também é feita de recusas: nem todo nome em busca de território alcança, de imediato, a forma institucional que deseja.

Jaru		Governador Jorge Teixeira	
Descrição	Indicadores	Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	2012	Data do Plebiscito	2012
Eleitores aptos	39.785	Eleitores aptos	8.197
Comparecimento	30.476	Comparecimento	6.997
Sim	26.872	Sim	2.774
Não	1.497	Não	3.815
Branco	648	Branco	99
Nulos	1.459	Nulos	309
Abstenção	9.309	Abstenção	1.200
Resultado	Majoria SIM	Resultado	Majoria NÃO
Resolução TRE-RO.		nº 18/2012	

¹²⁷ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 110;

¹²⁸ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 109;

51. Castanheiras (2012)

O município de Castanheiras situa-se na porção centro-leste do estado, nas coordenadas 11°25'40" S e 61°57'18" O, com altitude de 190 m. No recorte do Censo Demográfico 2022, O município registrou 3.233 habitantes.

A leitura inversa do rearranjo de 2012, de Castanheiras para Nova Brasilândia do Oeste, evidencia que toda transferência territorial possui dois lados: o da área que se desmembra e o da área que recebe nova vinculação, ensejando que a consulta ouça os pertencimentos cruzados.

Castanheiras traz no nome a árvore escolhida para substituir União da Vitória, impedida por homonímia; Nova Brasilândia do Oeste guarda a homenagem a Brasília e a marca da colonização interiorizada. Entre as duas, o território funciona como texto reescrito por moradores, lei e consulta.

Sob Licença Creative Commons 2.5

O município foi criado pela Lei no 366, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Rolim de Moura

. Gentílico: castanheirense..¹²⁹

¹²⁹ SILVA FILHO, Gerino Alves da. Toponímia de Rondônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set. 1995,p.



O Processo Plebiscitário

Em 2012, Nova Brasilândia do Oeste voltou a participar de consulta territorial, desta vez sobre o desmembramento de parte de sua área para incorporação a Castanheiras. O pleito pertence à fase em que as consultas rondonienses passaram a tratar menos de nascimentos municipais e mais de ajustes finos na cartografia administrativa. Na face castanheirense da consulta de 2012, os eleitores decidiram sobre a incorporação de área proveniente de Nova Brasilândia do Oeste. A expectativa comunitária se concentrou não na criação de um novo município, mas no alargamento de um território já reconhecido, o que dá ao pleito caráter distinto dentro da história plebiscitária rondoniense.

A consulta plebiscitária registra 14.546 eleitores aptos, 11.656 comparecimentos, 9.733 votos SIM, 1.283 votos NÃO, 152 votos em branco, 488 votos nulos e 2.890 abstenções em Nova Brasilândia¹³⁰. Em Castanheiras a consulta plebiscitária registra 2.308 votos SIM e 85 votos NÃO¹³¹. Ambos os plebiscitos foram homologados pela Resolução TRE-RO nº 19/2012.

Castanheiras nasceu de uma renomeação necessária e tomou da árvore abundante da região a matéria de sua identidade. Em 2012, esse nome vegetal e territorial voltou às urnas para ampliar seus limites, como se a castanheira, já transformada em município, abrisse novos ramos sobre o mapa administrativo do estado sintetizando a maturidade do processo plebiscitário: depois de criar municípios, a história voltou às urnas para ajustar suas costuras.

Nova Brasilândia do Oeste		Castanheiras	
Descrição	Indicadores	Descrição	Indicadores
Data do Plebiscito	2012	Data do Plebiscito	2012
Eleitores aptos	14.546	Eleitores aptos	2.631
Comparecimento	11.656	Comparecimento	2.495
Sim	9.733	Sim	2.308
Não	1.283	Não	85
Branços	152	Branços	19
Nulos	488	Nulos	83
Abstenção	2.890	Abstenção	136
Resultado	Maioria SIM	Resultado	Maioria SIM
Resolução TRE-RO.			nº 19/2012

¹³⁰ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 112;

¹³¹ SEI 0000615-88.2024.6.22.8000, p. 113;


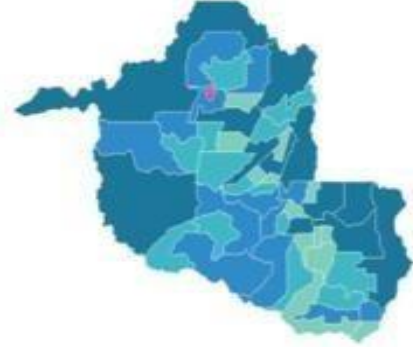

1. Lexicográfica -Toponímica Digital de ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/QD3ohH6Lq20		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Alto Alegre dos Parecis.	Região administrativa	Alto Alegre dos Parecis.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante assume três configurações, a primeira nº 67 a segunda nº 55 e a terceira nº 55 novamente. A mão passiva assume a configuração nº 69 com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são três, o primeiro e o segundo são realizados no antebraço e o terceiro no pulso. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + animotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação nas letras do topônimo em português. Trata-se de um Grafotopônimo. O movimento faz relação com alegria (uma associação com o nome do município em português).		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	17/07/2023		

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/alto-alegre-dos-parecis>



2. Lexicográfica -Toponímica Digital de ALTO PARAÍSO

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/UmYp6-vBuk		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Alto Paraíso	Região administrativa	Alto Paraíso.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 19 e a segunda nº 5. Os pontos de articulação são dois. O primeiro é realizado no nariz e o segundo no espaço neutro à frente do corpo. O sinal possui duas direcionalidades: uma na horizontal e a outra na vertical.		
Morfologia	Sinal composto híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + hidrotopônimo		
Motivação	O primeiro sinal faz referência a futuro e o segundo sinal faz referência a cachoeira.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	17/07/2023		


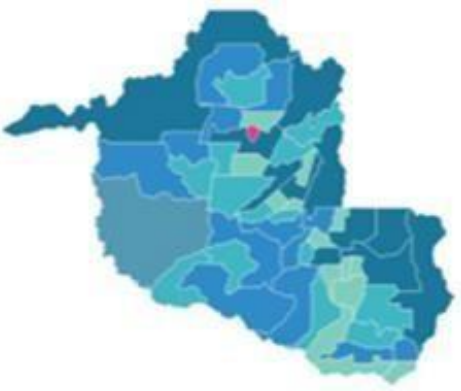

3. Lexicográfica -Toponímica Digital de ALVORADA D'OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/_FNHXwLaero		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Alvorada D' Oeste.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 69. O ponto de articulação é na testa. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + ergotopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo a uma letra do topônimo em português. O local de realização do sinal pode fazer referência ao cocar indígena.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/07/2023.		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/roalvorada-doeste>



4. Lexicográfica -Toponímica Digital de ARIQUEMES

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/Y486uCpb4S8		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Ariquemes.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 67. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal em círculo.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + sociotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do topônimo em português. O movimento faz relação ao laço de capturar boi, correspondente à festa agropecuária do município.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/07/2023		


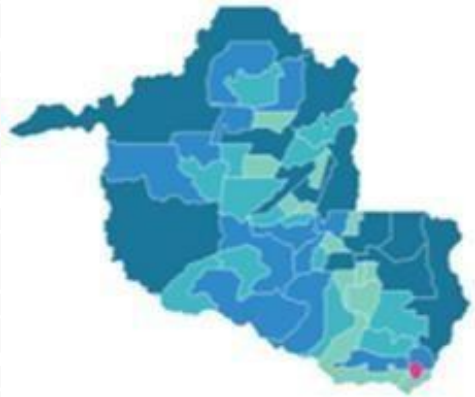

Fonte:
<https://cidades.ibge.go.br/brasil/ro/ariquemes>

5. Lexicográfica -Toponímica Digital de BURITIS

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/Nz7eu0gatv8</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			<p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/buritis</p>
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Buritis.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Buritis.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 3. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simplex híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo + fitotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do topônimo em português. O sinal faz referência também à árvore buriti.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>19/07/2023</p>		



6. Lexicográfica -Toponímica Digital de CABIXI

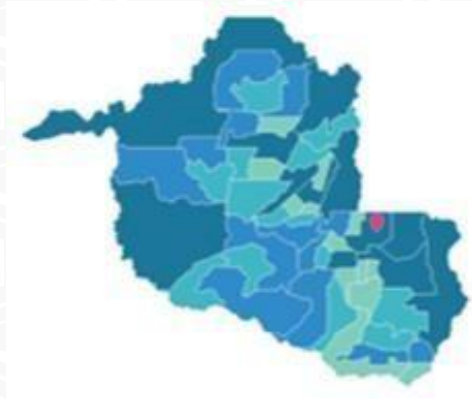
Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/SfX-G5ky0mU		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Cabixi.	Região administrativa	Cabixi.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual articulado com as duas mãos. A mão dominante assume uma configuração nº 3. A mão passiva assume configuração nº 69. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples		
Categoria	Sociotopônimo		
Motivação	O sinal faz referência ao corte da madeira – atividade característica da região.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/07/2023		

7. Lexicográfica -Toponímica Digital de CACAULÂNDIA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/DnV1jjUEYKU		
Escrita de sinais			
	<p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacaulandia</p>		
Topônimo em Português	Cacaulândia.	Região administrativa	Cacaulândia.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume configuração nº 12. A mão passiva assume a configuração nº 2 com a direcionalidade da palma para frente. O ponto de articulação é na palma da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simplex híbrido.		
Categoria	Grafotopônimo + fitotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do topônimo em português. O sinal faz relação com o fruto cacau.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/07/2023		



8. Lexicográfica -Toponímica Digital de CACOAL

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/M6xYR7g6CSE		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Cacoal.	Região administrativa	Cacoal.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante, em configuração nº 49, realiza a ação com movimento sinuoso utilizando o dedo indicador. O ponto de articulação é na palma da mão passiva, em configuração nº 2. A direcionalidade do sinal é para horizontal.		
Morfologia	Simples.		
Categoria	Zootopônimo.		
Motivação	O sinal faz referência à minhoca (característica da biodiversidade local).		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/07/2023		

9. Lexicográfica -Toponímica Digital de CAMPO NOVO DE RONDÔNIA


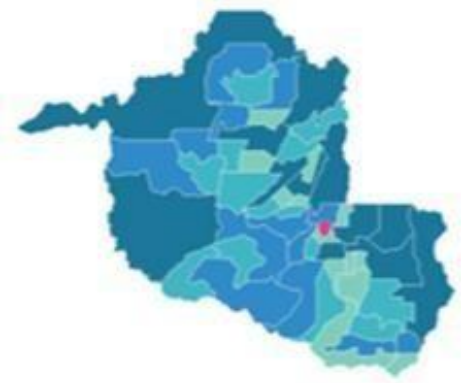

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/campo-novo-de-rondonia</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/UL31bmslvhU</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Campo Novo.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Campo Novo.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado apenas com uma mão. A mão dominante assume a configuração nº 12. Os pontos de articulação são dois: o primeiro no queixo e o segundo no espaço neutro. A direcionalidade do sinal é na vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do topônimo em português.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>23/07/2023</p>		



10. Lexicográfica -Toponímica Digital de CANDEIAS DO JAMARI

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/EjVbpLEYhxU		
Escrita de sinais			<p>Fonte:</p> <p>https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/candeias-do-jamari</p>
Topônimo em Português	Candéias do Jamari.	Região administrativa	Candéias do Jamari.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante assume a configuração nº 12. A mão passiva está em configuração nº 73. O ponto de articulação é próximo ao dorso. A direcionalidade do sinal é para vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + dimensiotopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do nome em português (mão ativa). A mão passiva, contudo, faz referência ao tamanho do município.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	23/07/2023.		

11. Lexicográfica -Toponímica Digital de CASTANHEIRAS

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/castanheiras</p>
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/6K4MNcAQQ Cc		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Castanheiras	Região administrativa	
Descrição do sinal	Os dois sinais são bimanuais pois utilizam as duas mãos. No primeiro o ponto de articulação é no dorso da mão passiva (Mão ativa nº 12 e passiva nº 69) No segundo, os pontos de articulação são dois, o primeiro no antebraço e o terceiro no dorso da mão passiva (Mão ativa nº 6 e passiva nº 69). A direcionalidade dos sinais é na horizontal.		
Morfologia	1º sinal: Sinal híbrido e 2º sinal: Simples		
Categoria	1º sinal: Grafotopônimo e 2º sinal: Grafotopônimo + fitotopônimo		
Motivação	No primeiro exemplo o sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à letra inicial do topônimo em português. O segundo sinal é motivado pela letra e pela castanha.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	29/07/2023		



12. Lexicográfica -Toponímica Digital de CEREJEIRAS

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/HQn0r7I8ohU		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Cerejeiras.	Região administrativa	Cerejeiras.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume uma configuração nº 64. A mão passiva assume a configuração nº 69, com a direcionalidade da palma para baixo. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simple		
Categoria	Sociotopônimo		
Motivação	O sinal é motivado pelo corte de troncos com motosserras		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	03/08/2023		

Fonte:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cerejeiras>

13. Lexicográfica -Toponímica Digital de CHUPINGUAIA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=jzzxNCOoq4I		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Chupinguaia	Região administrativa	<p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/c_hupinguaia/panora_ma</p> <p>Chupinguaia.</p>
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a configuração nº 49. A mão passiva assume a configuração nº 12. A direcionalidade do sinal é para horizontal.		
Morfologia	Simplex híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + dimensiotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pela letra inicial do topônimo em português e pela indicação da distância do município em relação à capital		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	03/08/2023		


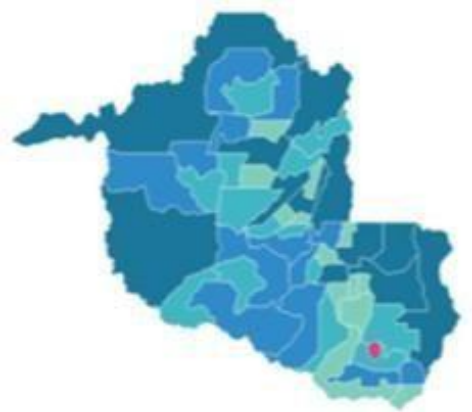



14. Lexicográfica -Toponímica Digital de COLORADO DO OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/IwDxpCb8Tho		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Colorado D' Oeste.	Região administrativa	Colorado D' Oeste.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante executa movimento sinuoso com o dedo indicador (nº 49). O ponto de articulação é no espaço neutro. A direcionalidade do sinal é para vertical.		
Morfologia	Simples		
Categoria	zootopônimo		
Motivação	O sinal é motivado pela presença de caracóis na região.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	05/08/2023		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/colorado-do-oeste>

15. Lexicográfica -Toponímica Digital de CORUMBIARA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/corumbiara</p>
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/nlMg1I_Z6Ps		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Corumbiara.	Região administrativa	Corumbiara.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão passiva recebe a ação da mão dominante. A mão dominante assume a configuração nº 12. A mão passiva assume a configuração nº 73. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + dimensiotopônimo		
Motivação	O sinal tem motivação na letra inicial do topônimo em português e no tamanho do município.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	11/08/2023		


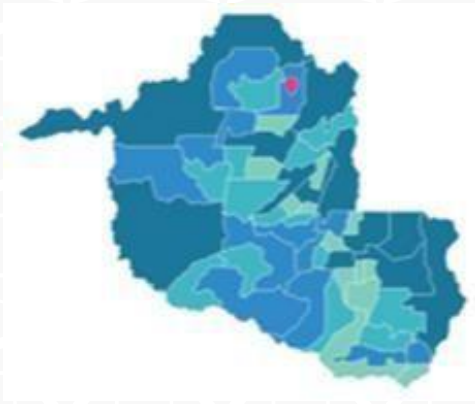



16. Lexicográfica -Toponímica Digital de COSTA MARQUES

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/ylu_H8p_SxI		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Costa Marques.	Região administrativa	Costa Marques.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 12 e a segunda nº 77. Os pontos de articulação são dois, o primeiro realizado no antebraço e o segundo no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simplex híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + hidrotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação nas letras iniciais do topônimo em português e o rio da cidade.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	11/08/2023		


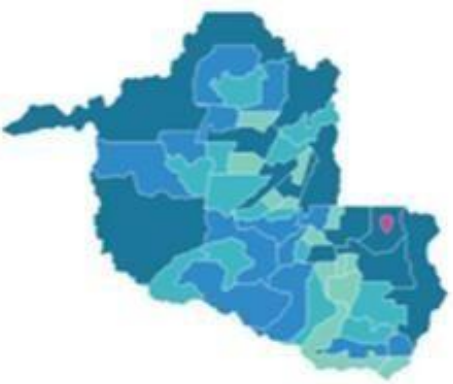

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/costa-marques>

17. Lexicográfica -Toponímica Digital de CUJUBIM


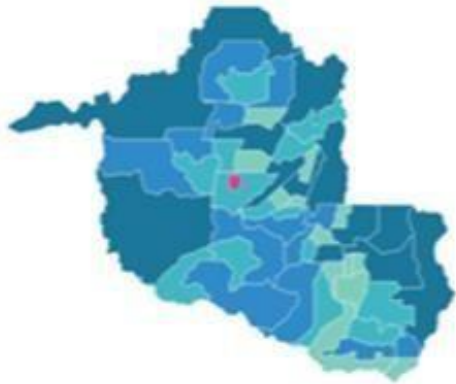

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/10yHHiSHPZ0		
Escrita de sinais			<p>Fonte:</p> <p>https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cujubim</p>
Topônimo em Português	Cujubim.	Região administrativa	Cujubim.
Descrição do sinal	O sinal é articulado com uma mão só. A mão dominante assume três configurações, a primeira nº 12, a segunda nº 65, e a terceira nº 3, com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são três, o primeiro e o segundo são realizados no espaço neutro e o terceiro abaixo do queixo. A direcionalidade do sinal é na horizontal e vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo às letras que integram o topônimo em português: C, J e B.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	11/08/2023		



18. Lexicográfica -Toponímica Digital de ESPIGÃO D'OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			 <p data-bbox="1464 806 1550 834">Fonte:</p> <p data-bbox="1302 839 1719 893">https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/espigao-doeste</p>
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/gLlaZJB1rzc		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Espigão D' Oeste.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão passiva recebe a ação da mão dominante. A mão dominante assume uma configuração nº 71. A mão passiva assume a configuração em 69 com a direcionalidade da palma para baixo. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + fitotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo à primeira letra do topônimo em português e a árvore.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	11/08/2023		

19. Lexicográfica -Toponímica Digital de GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA


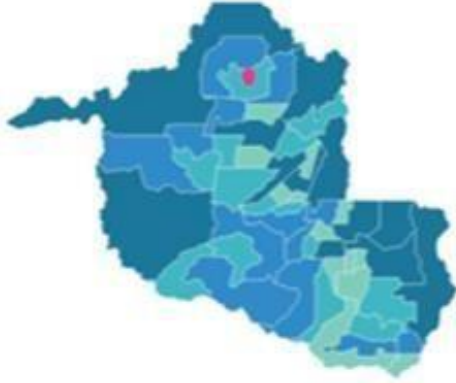

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/3GvwiEVm-xA		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Governador Jorge Teixeira.	Região administrativa	Governador Jorge Teixeira.
Descrição do sinal	<p>O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 65 e a segunda nº 20. A mão passiva assume a configuração nº 69 com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são dois, o primeiro realizado no dorso da mão passiva e o segundo à frente do corpo no espaço neutro. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
Morfologia	Simplex híbrido		
Categoria	Grafotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo às letras iniciais J e T, do topônimo em português.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	17/08/2023		



20. Lexicográfica -Toponímica Digital de GUAJARÁ-MIRIM

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			 <p data-bbox="1478 806 1560 832">Fonte:</p> <p data-bbox="1285 839 1760 865">https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim</p>
Link de acesso ao vídeo	<p data-bbox="459 695 828 721">https://youtu.be/ioZ4_s8a2_k</p>		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Guajará-Mirim.	Região administrativa	Guajará-Mirim.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão, que assume duas configurações: nº 49 e nº 77. Os pontos de articulação são dois, sendo o primeiro próximo ao queixo e o segundo no espaço neutro à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + etnotopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo às letras G e M do topônimo em português e pelas pinturas indígenas no rosto.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/08/2023		

21. Lexicográfica -Toponímica Digital de ITAPUÃ DO OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/MN_FqeV6qQ		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Itapua do Oeste.	Região administrativa	Itapua do Oeste.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos: dominante e passiva. A mão dominante assume configuração nº 66. A mão passiva assume a configuração nº 73. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + dimensiotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pela letra inicial do topônimo em português e pelo tamanho do município.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/08/2023		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/itapua-do-oeste>



22. Lexicográfica -Toponímica Digital de JARU


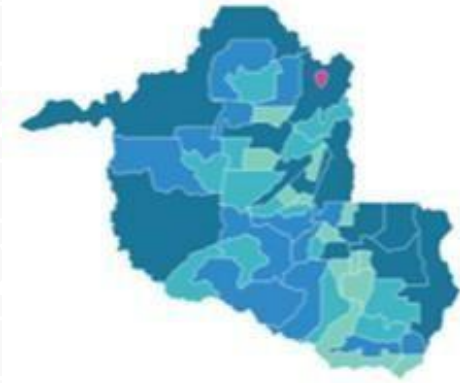

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/jaru</p>
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/O-j2cFE5M4Y		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Jaru.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é articulado com uma mão só. A mão dominante assume duas configurações: nº 65 e a segunda nº 21. Os pontos de articulação são dois, um no espaço neutro e o outro no rosto. A direcionalidade do sinal é na vertical/horizontal.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + etnotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pelas letras que compõem o topônimo em português e também pelas pinturas indígenas no rosto.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	12/09/2023		

23. Lexicográfica -Toponímica Digital de JI-PARANÁ

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/88Lhw0Pp4cQ</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Ji-Paraná.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Ji-Paraná.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado com uma mão só. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 65 e a segunda nº 2. Os pontos de articulação são dois, um no espaço neutro e o outro em cima da cabeça. A direcionalidade do sinal é na vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Composto híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo + Corotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O primeiro sinal é motivado pela letra inicial do topônimo em português. O segundo sinal é motivado pelo sinal do estado do Paraná.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>18/09/2023</p>		



24. Lexicográfica -Toponímica Digital de MACHADINHO D'OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/Amyey_Io8Z4		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Machadinho D' Oeste.	Região administrativa	Machadinho D' Oeste.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a configuração nº 1. A mão passiva assume uma configuração nº 1 também. As duas mãos com direcionalidade para baixo. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simples		
Categoria	Ergotopônimo		
Motivação	O sinal constitui-se como um calque, numa utilização do sinal MACHADO.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/09/2023		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/machadinho-doeste>

25. Lexicográfica -Toponímica Digital de MINISTRO ANDREAZZA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/CxG72-8VIEQ		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Ministro Andreazza.	Região administrativa	Ministro Andreazza.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A configuração da mão é nº 26. O ponto de articulação é no tronco superior do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal/vertical.		
Morfologia	Sinal simples		
Categoria	Axiotopônimo		
Motivação	Sinal relacionado à ministro (uma faixa)		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	22/09/2023		


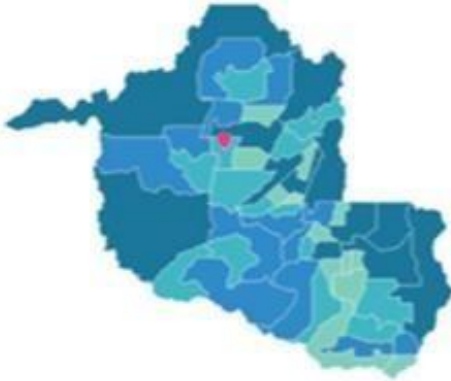

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ministro-andreazza>



26. Lexicográfica -Toponímica Digital de MIRANTE DA SERRA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/NfbYZ9qjZzA		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Mirante da Serra.	Região administrativa	
Descrição do sinal	<p>O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 77 e a segunda nº 69. A mão passiva assume a configuração nº 69, com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são dois, o primeiro é realizado no dorso da mão passiva e o segundo no espaço neutro. A direcionalidade do sinal é para vertical.</p>		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + ergotopônimo		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo às letras iniciais do topônimo em português: M e S e também faz relação ao mirante.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/09/2023		


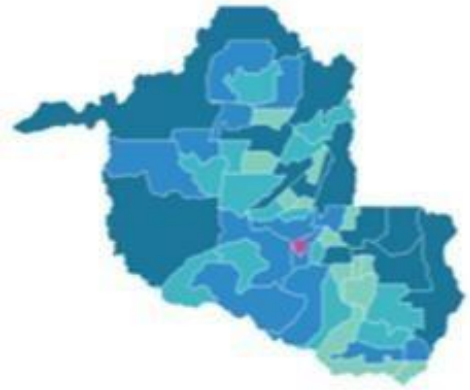

27. Lexicográfica -Toponímica Digital de MONTE NEGRO

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/N5pXRNx48C		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Monte Negro.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a configuração N° 77 e n° 21. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva n° 69. A direcionalidade do sinal é para vertical.		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + Geomorfotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pelas iniciais do topônimo em português: M e N e também à altura do monte.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	19/09/2023		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/monte-negro>



28. Lexicográfica -Toponímica Digital de NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/IL38SvStRmY		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Nova Brasilândia D' Oeste.	Região administrativa	Nova Brasilândia D' Oeste.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume três configurações de mão. A primeira em 73, a segunda nº 6 e a terceira em 3. O ponto de articulação é no espaço neutro, à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Composto híbrido.		
Categoria	Grafotopônimo + cronotopônimo + fitotopônimo		
Motivação	No primeiro sinal, a motivação é a tradução direta da palavra/sinal NOVO. No segundo sinal, a motivação é a letra inicial B de Brasilândia. Também faz referência à árvore.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	21/09/2023		

Fonte: <https://cidades.ibgegov.br/brasil/ro/nova-brasilandia-doeste>


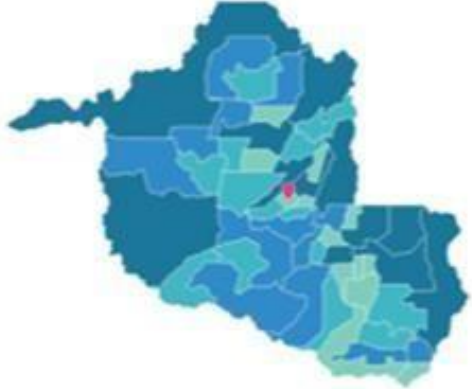

29. Lexicográfica -Toponímica Digital de NOVA MAMORÉ

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/zefzRPpTMY		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Nova Mamoré.	Região administrativa	Nova Mamoré.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão passiva recebe a ação da mão dominante. A mão dominante assume a CM nº 55. A mão passiva assume uma configuração nº 55 também, as duas com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são tocando indicador e dedo médio. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simples		
Categoria	Ergotopônimo		
Motivação	Faz referência à estrutura ferroviária.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental		
Data da coleta	24/09/2023		

Fonte:
<https://cidades.bge.gov.br/brasil/ro/nova-mamore>


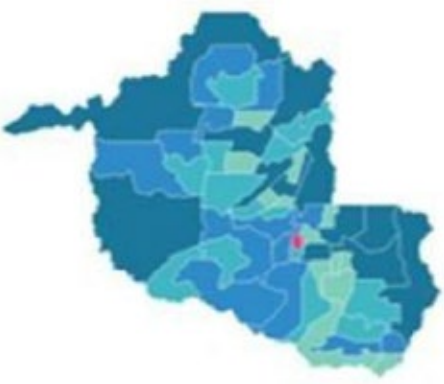



30. Lexicográfica -Toponímica Digital de NOVA UNIÃO

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/ZihYJKcSJh0		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Nova União.	Região administrativa	Nova União.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos. O sinal assume três configurações de mão. A primeira nº 69 a segunda nº 6 e a terceira em 17. Os pontos de articulação são no espaço neutro. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Composto		
Categoria	Cronotopônimo + animotopônimo.		
Motivação	O sinal possui motivação inicial na palavra/sinal NOVO (tradução direta) e a segunda na palavra/sinal UNIÃO (tradução direta).		
Pesquisadora	Ariana Boaventura.		
Validação	Grupo de validação.		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	26/09/2023		

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/nova-união>

31. Lexicográfica -Toponímica Digital de NOVO HORIZONTE


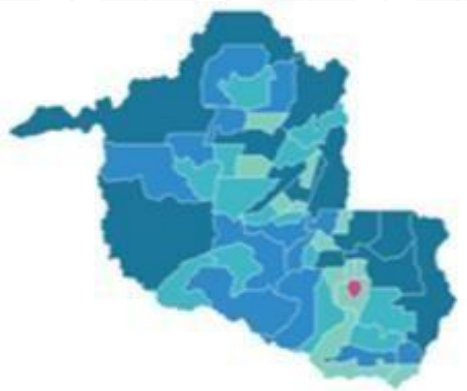

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/novo-horizonte-do-oeste</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/McSZJotU1CU</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Novo Horizonte do Oeste.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Novo Horizonte do Oeste.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 21 e a segunda nº 55. A mão passiva assume a configuração nº 69 com a direcionalidade da palma para baixo. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal/vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simplex híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal é motivado pelas letras N e H que compõem o topônimo em português.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>28/10/2023</p>		



32. Ficha lexicográfico-toponímica de OURO PRETO DO OESTE

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/S8Z9-DZrHXc</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Ouro Preto do Oeste.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Ouro Preto do Oeste.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mão: nº 56 e nº 67. Os pontos de articulação são dois, um no lábio superior da boca e o outro na têmpora. A direcionalidade do sinal é na horizontal/vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Composto</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Litotopônimo + cromotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O primeiro sinal é motivado pela palavra/sinal OURO (tradução direta) e o segundo pela palavra/sinal PRETO (tradução direta).</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>28/09/2023</p>		


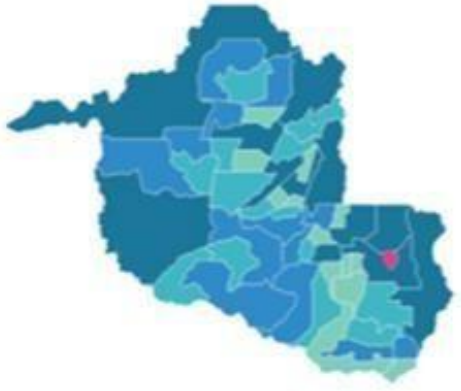

33. Ficha lexicográfico-toponímica de PARECIS

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/ezQ57LHnq9w		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Parecis.	Região administrativa	Parecis.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a CM nº 55. A mão passiva assume a configuração nº 69 com a direcionalidade da palma para baixo. O ponto de articulação é realizado no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo		
Motivação	O sinal é motivado pela letra P inicial do topônimo em português.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	29/09/2023		

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/parecis>



34. Ficha lexicográfico-toponímica de PIMENTA BUENO

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/5eryaujBs10		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Pimenta Bueno.	Região administrativa	
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 3. O ponto de articulação é no espaço à frente da boca. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples		
Categoria	Fitotopônimo		
Motivação	O sinal é motivado pela palavra/sinal PIMENTA (tradução direta).		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	12/10/2023		



Fonte:
<https://cidades.ige.gov.br/brasil/ro/pimenta-bueno>

35. Ficha lexicográfico-toponímica de PIMENTEIRAS DO OESTE

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/dDN9I-LXQ-c		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Pimenteiras do Oeste.	Região administrativa	<p>Fonte:</p> <p>https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/pimenteiras-do-oeste</p> <p>Pimenteiras do Oeste.</p>
Descrição do sinal	O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos. A mão dominante assume duas configurações: a primeira nº 55 e a segunda nº 5. A mão passiva assume a configuração nº 69. Os pontos de articulação são dois. A direcionalidade do sinal é na horizontal/vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + hidrotopônimo		
Motivação	O sinal é motivado pela letra P inicial do topônimo em português e cachoeira.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/10/2023		



36. Ficha Lexicográfica- Toponímica Digital de PORTO VELHO

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibgegov.br/brasil/ro/porto-velho</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/qKJCwC6Cnbk</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Porto Velho.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Porto Velho.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mãos: nº 55 e nº 73. Os pontos de articulação são dois, um na bochecha e o outro no queixo. A direcionalidade do sinal é na horizontal/vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Composto híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo + cronotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O primeiro sinal tem motivação na letra P inicial do topônimo em português. O segundo sinal tem motivação na palavra/sinal VELHO (tradução direta)</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>15/10/2023</p>		

37. Ficha lexicográfico-toponímica de PRESIDENTE MÉDICI

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/-b_QrttP4ws		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Presidente Médici.	Região administrativa	Presidente Médici.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 55 e a segunda nº 77. A mão passiva assume a configuração nº 1 com a direcionalidade da palma para horizontal. O ponto de articulação é na palma da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simplex híbrido		
Categoria	Grafotopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação da língua portuguesa, correspondendo às letras P e M, iniciais do topônimo em português.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	15/10/2023		


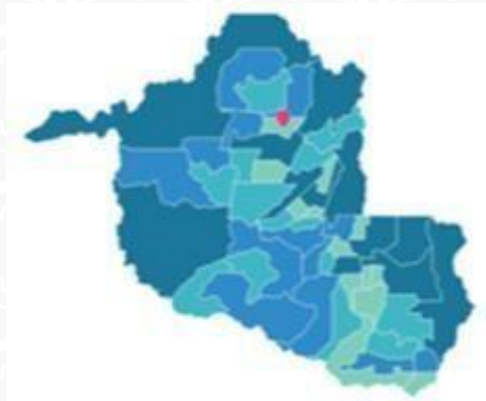



38. Ficha lexicográfico-toponímica de PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/_hO3Do0mkAM		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Primavera de Rondônia.	Região administrativa	Primavera de Rondônia.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 55. O ponto de articulação é na bochecha. A direcionalidade do sinal é na vertical		
Morfologia	Simplex híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + Etnotopônimo		
Motivação	Letras P e pintura indígena no rosto.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	17/10/2023		


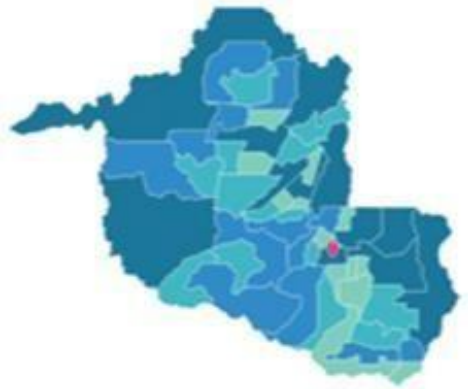

Fonte:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/primavera-de-rondonia>

39. Ficha lexicográfico-toponímica de RIO CRESPO


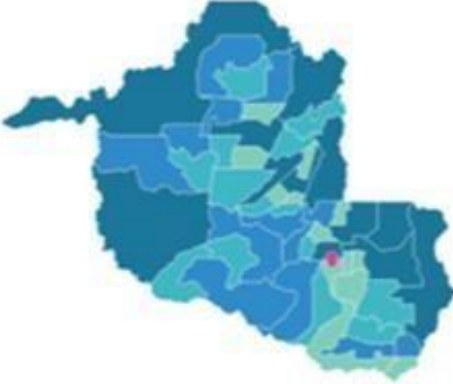

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rio-crespo</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/PmfCB9KmPUE</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Rio Crespo.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Rio Crespo.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos, dominante (nº 65) e passiva (nº 69). A mão passiva recebe a ação da mão dominante. Os pontos de articulação são na parte inferior do antebraço. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple.</p>		
<p>Categoria</p>	<p>hodotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>Faz referência à ponte.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>21/10/2023</p>		



40+ Ficha lexicográfico-toponímica de ROLIM DE MOURA


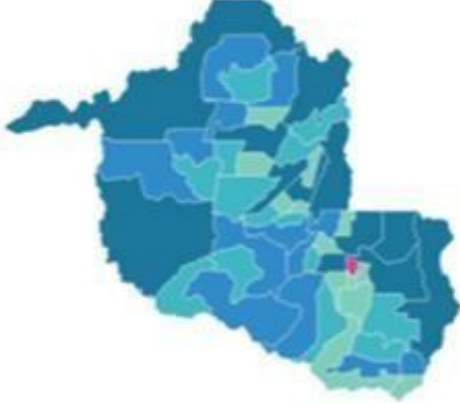

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/rolim-de-moura</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/AdZQnd2APqA</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Rolim de Moura.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Rolim de Moura.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mão: nº 22 e nº 77. O ponto de articulação é no dorso da mão passiva (nº 69). A direcionalidade do sinal é na vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simplex híbrido.</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal tem motivação nas letras iniciais R e M do topônimo em português.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>21/10/2023</p>		

41. Lexicográfica -Toponímica Digital de SANTA LUZIA D'OESTE

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/santa-luzia-doeste</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/ogHEu8Qzi5k</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Santa Luzia D' Oeste.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Santa Luzia D' Oeste.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mão: nº 69 e nº 24. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal é motivado pelas letras S e L, iniciais do topônimo em português.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>21/10/2023</p>		



42. Lexicográfica -Toponímica Digital de FELIPE D'OESTE


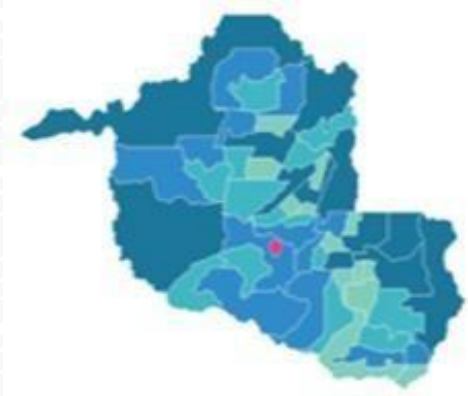

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/dehJITM3hOA		
Escrita de sinais			
	<p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-felipe-doeste</p>		
Topônimo em Português	São Felipe D' Oeste.	Região administrativa	São Felipe D' Oeste.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mão: nº 69 e nº 19. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação nas letras S e F, iniciais do topônimo em português.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	29/10/2023		

43. Lexicográfica -Toponímica Digital de FRANCISCO DO GUAPORÉ


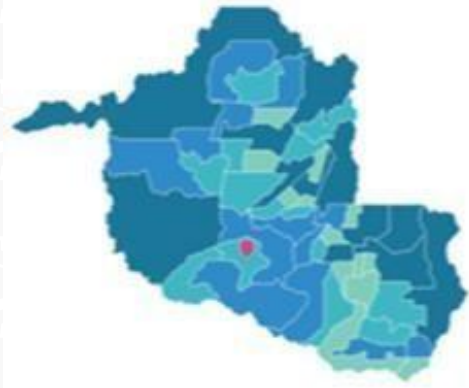

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/sao-francisco-do-guapore</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/36N_QRW4b80</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>São Francisco do Guaporé.</p>	<p>Região administrativa</p>	
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume duas configurações, a primeira nº 69 e a segunda nº 19. A mão passiva assume a configuração nº 69, com a direcionalidade da palma para baixo. Os pontos de articulação são três, o primeiro e o segundo são realizados no antebraço e o terceiro no dorso da mão passiva. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo + ergotopônimo</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal tem a motivação nas letras S e F, iniciais do topônimo em português e o cumprimento das mangas das roupas.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>13/11/2023</p>		



44. Lexicográfica -Toponímica Digital de MIGUEL DO GUAPORÉ

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/-HYeWR65pkc		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	São Miguel do Guaporé.	Região administrativa	São Miguel do Guaporé.
Descrição do sinal	O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos. As duas mãos assumem duas configurações: nº 69 e nº 77. Os pontos de articulação são no espaço neutro à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na vertical/horizontal.		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + mimetopônimo.		
Motivação	O sinal tem a motivação relacionada às letras S e M, iniciais do topônimo em português e também o desenho da bandeira.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	12/11/2023		

45. Lexicográfica -Toponímica Digital de SERINGUEIRAS


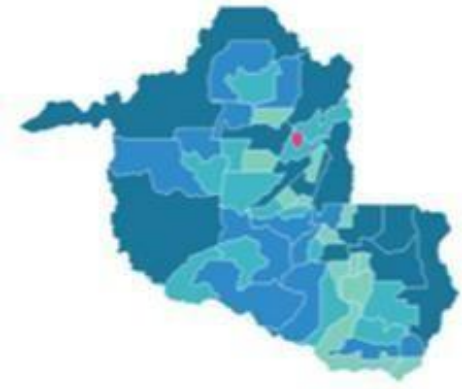

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p style="text-align: center;">Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/seringueiras</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/obbFh0Xv3kk</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Seringueiras.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Seringueiras.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. O sinal assume duas configurações de mão: nº 68 e nº 69. O ponto de articulação é próximo ao cotovelo. A direcionalidade do sinal é na vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simplex</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Sociotopônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal faz referência à extração de látex de seringa.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>22/11/2023</p>		



46. Lexicográfica -Toponímica Digital de TEIXEIRÓPOLIS

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/xQR57gEAYH U		
Escrita de sinais			<p>Fonte:</p> <p>https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/teixiropolis</p>
Topônimo em Português	Teixeirópolis	Região administrativa	Teixeirópolis.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 20. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simples híbrido		
Categoria	Grafotopônimo + geomorfotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pela letra T inicial do topônimo em português e à descida da serra.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	22/11/2023		


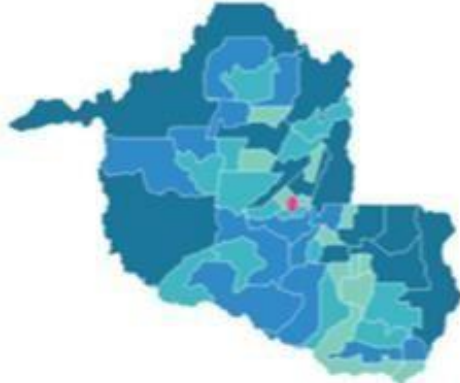

47. Lexicográfica -Toponímica Digital de THEOBROMA

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/3BFgQlh5E4g		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Theobroma.	Região administrativa	Theobroma.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume duas configurações de mão: nº 20 e nº 55. O ponto de articulação é no espaço à frente do corpo. A direcionalidade do sinal é na horizontal.		
Morfologia	Simple híbrido		
Categoria	Grafotopônimo.		
Motivação	O sinal é motivado pelas letras T e H, iniciais do topônimo em português.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	25/11/2023		


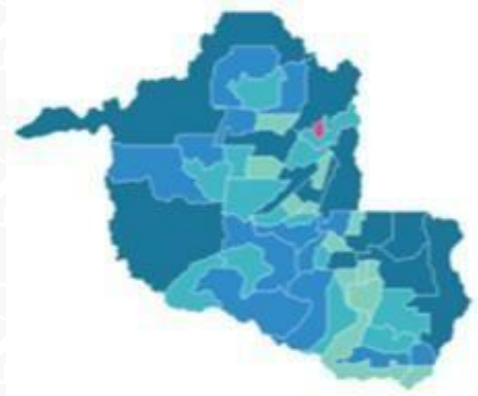
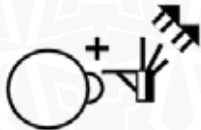
Fonte:
<https://cidades.ibge.ov.br/brasil/ro/theobroma>



48. Lexicográfica -Toponímica Digital de URUPÁ

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.go.br/brasil/ro/urupa/panorama</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/KqENQWfMry</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Urupá.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Urupá.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual, pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a configuração nº 21. A mão passiva assume a configuração nº 73. A direcionalidade do sinal é na vertical.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simplex híbrido</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Grafotopônimo + dimensiotopônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>O sinal é motivado pela letra U, inicial do topônimo em português e o tamanho do município.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>22/11/2023</p>		

49. Lexicográfica -Toponímica Digital de VALE DO ANARI

Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município			
Link de acesso ao vídeo	https://youtu.be/-arfDQi_p7o		
Escrita de sinais			
Topônimo em Português	Vale do Anari.	Região administrativa	Vale do Anari.
Descrição do sinal	O sinal é articulado somente com uma mão, CM nº 18. O ponto de articulação é na orelha. A direcionalidade do sinal é na vertical.		
Morfologia	Simple.		
Categoria	Etnotopônimo		
Motivação	Faz referência aos brincos usados pelos indígenas nas orelhas.		
Pesquisadora	Ariana Boaventura Pereira		
Validação	Grupo de validação		
Tipo de Fonte	Documental.		
Data da coleta	25/11/2023		

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/vale-do-anari/>



50. Lexicográfica -Toponímica Digital de VALE DO PARAÍSO

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p>Fonte: https://cidades.ibge.govbr/brasil/ro/vale-do-paraiso</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/DzbfWrGXM_oM</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Vale do Paraíso.</p>	<p>Região administrativa</p>	<p>Vale do Paraíso.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é bimanual pois utiliza as duas mãos, dominante e passiva. A mão dominante assume a CM nº 5. A mão passiva assume a configuração nº 49. O ponto de articulação é na palma da mão dominante. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Fitotônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>Faz referência às folhas das árvores.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>29/11/2023</p>		

51. Lexicográfica -Toponímica Digital de VILHENA

<p>Topônimo em Libras Mapa e Localização do Município</p>			 <p style="text-align: right;">Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/vilhena</p>
<p>Link de acesso ao vídeo</p>	<p>https://youtu.be/II-eYYJ8UoQ</p>		
<p>Escrita de sinais</p>			
<p>Topônimo em Português</p>	<p>Vilhena. administrativa</p>	<p>Região</p>	<p>Vilhena.</p>
<p>Descrição do sinal</p>	<p>O sinal é articulado somente com uma mão. A mão dominante assume uma configuração nº 55. O ponto de articulação é no braço. A direcionalidade do sinal é na horizontal.</p>		
<p>Morfologia</p>	<p>Simple</p>		
<p>Categoria</p>	<p>Ergotopônimo.</p>		
<p>Motivação</p>	<p>Faz referência à vacina.</p>		
<p>Pesquisadora</p>	<p>Ariana Boaventura Pereira</p>		
<p>Validação</p>	<p>Grupo de validação</p>		
<p>Tipo de Fonte</p>	<p>Documental.</p>		
<p>Data da coleta</p>	<p>29/11/2023.</p>		



Tribunal
Regional
Eleitoral-RO